



Anais da Assembléia

N.º 52

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 48.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIADA EM 07 DE JUNHO DE 1984

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Tuguio Setogutte.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte expediente:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

cedido Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 94/84, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.º 31/84 e 87/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei n.º 29/84, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, a consigna-ção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor DOUGLAS GODOY, ex-Vereador de Curitiba e Advogado.

O extinto deixa viúva a Senhora ZILNE BAUER GODOY e duas filhas PAULA e CAROLINA.

Tal passamento vem de consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto, sempre voltado em prol dos menos favorecidos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Holanda, 826, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consigna-ção de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Dona LAURA COSTA NEVES, ocorrido no dia 5 de junho, nesta Capital. Outrossim, solicita que do teor do presente requerimento seja cientificado seu filho, Evangelino Costa Neves (Rua Ubaldino do Amaral, 37).

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de regozijo e cumprimentos à nova Diretoria do Sindicato dos Empregadores Rurais do município de Ponta Grossa, na pessoa do Senhor João Luiz Rodrigues Biscaia, Presidente, extensivo aos demais membros, empossada no dia 01 do mês em curso, e que certamente virá atender aos altos anseios dessa comunidade sindical pontagrossense.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência àquela Presidência, no seguinte endereço: Rua Coronel Rosas, n. 1384- Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhes, em nome de apelos insistentes não apenas de autoridades municipais como da população em geral, que determinem a VACINAÇÃO EM MASSA CONTRA MENINGITE em todos os municípios do eixo Londrina-Maringá. Se os londrinenses foram surpreendidos recentemente com 09 óbitos ocasionados pela meningite, já se registraram 27 casos da enfermidade em Maringá no corrente ano, incluindo-se também a meningocócica.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhes que, antecipando-se ao surto de meningite que já fez várias vítimas fatais no município de Londrina, que sejam imunizadas contra meningite não apenas as populações vizinhas àquela cidade, como as de todo o eixo Londrina-Maringá. Medidas preventivas devem ser aconselhadas pela prudência no atual momento. Virótica ou meningocócica, a peste não se faz anunciar por muito tempo e, aguardar o surto para o desencadeamento das medidas "PREVENTIVAS", pode ter como preço o sacrifício de vidas humanas, a exemplo do que vem ocorrendo em Londrina.

Que se realize, portanto, rigorosíssimo exame situacional e que, de acordo com a política do Governo de prioridade à saúde, se delineie no mapa a rota da prevenção no grande eixo demográfico Londrina-Maringá.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja oficiado à Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no intuito de que seja avaliada as condições de se implantar um programa de fluoretação em toda a água consumida pela população da Municipalidade de Goioerê.

Nos dias atuais, segundo pesquisas desenvolvidas especialmente por universidades do País, existem mais de um bilhão e meio de dentes com cáries em todo o Brasil, que não serão submetidas a tratamentos pelos dentistas. Tal condição deve-se fundamentalmente os elevados graus de pobreza que atinge a maioria dos brasileiros, desprovidos de qualquer tipo de assistência médico-hospitalar ou de caráter preventivo.

Preocupado com esta conjuntura e visando ao menos a diminuição dos índices de dentes cariados a nível do Município de Goioerê, o Excelentíssimo Senhor Jacinto Tiziani, integrante da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, solicita a esta Pasta uma profunda avaliação no sentido de que seja criado e principalmente posto em prática, um programa de fluoretação em toda a água consumida em Goioerê.

Indiscutivelmente que a louvável iniciativa daquele nobre Vereador deve merecer todo o apoio necessário, uma vez que se trata de um passo concreto em termos de neutralizar e até mesmo baixar os elevados índices de dentes cariados, especialmente nas crianças em idade escolar, de vez que permitirá os futuros adultos com tais problemas dentários.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que, com base em estudos, avalie as possibilidades de se efetuar a conservação e melhoria do trecho de estrada ligando a localidade de Rio Branco ao Município de Barbosa Ferraz, passando pela

localidade de Água Fria e Água Quente (pertencentes a municipalidade de Iretama).

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Lourival Vieira de Lima, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Iretama, este afirma ser imprescindível realizar melhorias naqueles trechos, uma vez que atualmente é bastante precário as condições que inclusive em períodos chuvosos não permite o tráfego normal de veículos em certos trechos. Ademais, foram várias as ocasiões que se fizeram melhorias nas estradas, mas no entanto, não se assegurou a conservação necessária periodicamente.

Dessa Secretaria de Estado dos Transportes, espera-se uma avaliação que venha de encontro às pretendidas melhorias pretendidas, eliminando com isto, os problemas ora enfrentados, especialmente pela comunidade agrícola.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Delegado do MEC no Estado do Paraná, e a Excelentíssima Senhora Ministra da Educação e Cultura, objetivando informações a respeito da possibilidade de se determinar a reimplantação do posto de vendas da Fundação e Assistência ao Educando (antiga Fename) na Municipalidade de Campo Mourão.

Em Sessão Plenária realizada no dia 26 de junho de 1983, portanto há mais de um ano, apresentei requerimento solicitando a reabertura do posto de vendas da Fundação e Assistência ao Educando (antiga Fename) em Campo Mourão. No entanto lamentavelmente até a presente data nada de concreto foi encaminhado no sentido da reabertura daquele órgão de assistência.

Neste sentido, novamente através deste expediente, reitero colocações quanto a real necessidade de se efetivar a instalação de um órgão que tenha como metas, as vendas de todo o tipo de materiais escolares a preços acessíveis aos estudantes de nível secundário, notadamente os carentes. A reabertura no entanto, não irá apenas beneficiar a cidade de Campo Mourão, mas também mais 19 municípios que integram a CONCAM- Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, que atualmente não dispõem de mecanismos capazes de oferecer os benefícios previstos no citado organismo.

Portanto, o conjunto dos estudantes, professores, pais há muito que aguardam a reinstalação da Fundação e Assistência ao

Educando, que sem dúvida alguma, cumprindo os seus objetivos previamente fixados, permitirá que a comunidade educacional possa novamente desfrutar da aquisição de materiais a um menor preço.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o mais veemente apelo no sentido de que, quando da próxima reorganização judiciária do Estado, seja criada a Comarca de Almirante Tamandaré, satisfazendo, assim, um velho e caro anseio dos habitantes da Região.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na reconstrução da sede própria do Sindicato dos Trabalhadores localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cantu, presidida pelo ilustríssimo Senhor Alcides Bazuco, determinou como meta prioritária, juntamente com os demais membros que integram a diretoria, a realização de diversas reformas assim como a efetiva ampliação, dada as suas reais necessidades. Aquela organização sindical sem dúvida alguma tem um importante papel de representatividade junto à classe trabalhadora ruralista.

Neste sentido, para a concretização da mencionada obra são necessários recursos para tal, que no entanto aquela entidade não dispõe, em que pese os seus reconhecidos esforços, que permitam o desenvolvimento das pretendidas melhorias e ampliações.

Em razão de tais aspectos e pelos motivos ora expostos, espera-se dessa Secretaria de Estado das Finanças, o devido encaminhamento objetivando avaliar a disponibilidade de se liberar recursos que permitam auxiliar ao menos na reconstrução da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado em Nova Cantu, atendendo deste modo, as iniciativas do ilustríssimo Senhor Alcides Bazuco, Presidente daquela

entidade, e do Senhor Rosendo Lopes Pena Neto, Digníssimo Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Doutor JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e ao Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme exposto abaixo.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, solicitando a criação de uma "SUB-DIVISÃO POLICIAL" para o Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Laranjeiras do Sul, está hoje subordinada à 14.ª Sub-Divisão policial sediada no Município de Guarapuava, mas não só aquele Município possui uma extensa área territorial, como ainda os municípios por ele abrangidos tais como Prudentópolis, Pitanga, Laranjeiras do Sul e outros, o que torna difícil o atendimento satisfatório e desejado, ainda mais se considerarmos o índice de criminalidade regional que é grande.

O grande desenvolvimento sócio-econômico pelo qual vem passando o Município de Laranjeiras do Sul, justifica a criação desta Sub-Divisão Policial que hora pleiteamos, considerando ainda que aquele município é o polo de uma região geo-econômica uniforme, compreendida pelos municípios de Guaraniaçu, Quedas do Iguaçu, São Jorge, São João, Chopinzinho, Canta Galo e Palmital. Como centro regional, justifica-se plenamente o atendimento do que se postula, por ser imperativo da racionalização da ação do Estado em benefício da segurança de uma comunidade que, até agora, foi das menos atendidas e assistidas pelos governos que antecederam a atual administração do Paraná. Como justificativa maior podemos salientar a instalação pelo Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, de uma Companhia daquela corporação na cidade de Laranjeiras do Sul, como decorrência da criação de um Batalhão da Polícia Militar na cidade de Guarapuava, além

de ser uma antiga reivindicação não só das autoridades municipais, mas de toda aquela laboriosa população, que almeja por uma maior segurança para suas famílias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação- Professora Gilda Poli, consubstanciado em solicitação para que seja fornecida a esta Casa a relação dos professores municipais colocados à disposição do Estado, nos Municípios de Marumbi, Kaloré, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Jandaia do Sul, Rio Bom, Fênix e Quinta do Sol, mencionando-se o estabelecimento de ensino estadual em que prestam serviços e, o valor a ser pago pela Secretaria a cada Município mencionado.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 132/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica instituído o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, com as seguintes atribuições:

I- participar da formulação da política estadual do Meio Ambiente com caráter global e integrado e de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da administração direta e indireta do Estado, a prevenção e controle da população, combate às diversas formas de erosão, o uso e a gestão racionais do solo e dos recursos naturais, bem como sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica;

II- incentivar a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais e de recreio;

III- participar da elaboração, junto aos poderes públicos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente;

IV- incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades tendentes à defesa e preservação do ambiente e fomentar a criação de associações de conservação da natureza;

V- assegurar pelos meios de comunicação e outros um clima favorável à defesa do ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população;

VI- desenvolver, pelos meios necessários, uma ação educacional que sensibilize a sociedade quanto ao dever de defesa e

preservação do ambiente;

VII - apoiar o estudo da História natural do nosso território como instrumentação de seu próprio trabalho;

VIII - ser informado pelo Governo sobre o andamento dos principais assuntos, planos e projetos de interesse do meio ambiente.

Art. 2.º - O Conselho de Defesa do Ambiente será composto pelos seguintes membros:

- a) Secretaria da Agricultura;
- b) Secretaria da Educação;
- c) Secretaria do Interior;
- d) Secretaria da Saúde e Bem Estar Social;
- e) Secretaria da Justiça;
- f) Procurador Geral do Estado;
- g) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa;
- h) Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa;
- i) Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;
- j) Sete representantes de associações conservacionistas;
- l) Cinco representantes de instituições universitárias.

Parágrafo único - O Conselho será presidido pelo Governador.

Art. 3.º - Os membros do Conselho de Defesa do Ambiente, representantes das associações e das instituições universitárias, serão designados por indicação das respectivas entidades, com mandato de 2 anos.

Art. 4.º - O Conselho de Defesa do Ambiente, reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos cinco vezes por ano. Extraordinariamente o Conselho reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 5.º - O Conselho de Defesa do Ambiente, terá como apoio administrativo uma Secretaria Executiva, a qual será por ele definida dentre os órgãos públicos ligados a área de sua incumbência.

Art. 6.º - O Conselho de Defesa do Ambiente poderá convocar, para orientação e assessoramento de assunto específicos, os técnicos e cientistas exigentes no Estado, que funcionarão como colaboradores.

Art. 7.º - Compete ao Conselho de Defesa do Ambiente elaborar o seu regimento interno, bem como a regulamentação da presente lei.

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

"Este Conselho terá um caráter delibe-

rativo e um caráter fiscalizador, de forma que, todos os Órgãos da Administração Pública se enquadrem na Política Estadual". Doutor LANGE

"O Conselho deverá responder pela elaboração da política Estadual do meio ambiente e pela coordenação de implantação desta política dentro da Administração Pública Direta e Indireta, com a participação popular das Associações Conservacionistas, Preservacionistas ou Ecológicas, como forma de assegurar a compatibilização da ação do Estado com a vontade popular".

RECOMENDAÇÃO DO CONGRESSO

PRÓ-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE MARUMBI

"Este Conselho vai ter que ouvir, exatamente todos os setores. Só que reserva para si, o direito de deliberação, aonde estará representado o Estado e o povo, excluindo dele todos os usuários do meio-ambiente". Doutor CÍCERO BLEY

O Quadro de devastação ambiental existente no Paraná; a inexistência de uma consciência respeitosa à natureza; a irresistível ganância de muitos; os intoxicadores impunes; a perda de vida de sessenta e sete pessoas; três mil quinhentos e quatorze intoxicados; somente esses fatores justificariam a criação do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente.

Face aos fatos, nada mais precisa ser dito.

PROJETO DE LEI N.º 133/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - É declarada ave-símbolo do Paraná o passeriforme denominado Galha Azul (*Cyanocorax Coeruleus*), cuja festa será comemorada anualmente durante a semana do meio-ambiente, quando a Secretaria da Educação promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie avícola no desenvolvimento florestal do Estado, bem como no seu equilíbrio ecológico.

Art. 2.º A Secretaria de Cultura e Esportes promoverá, através de programas pré-estabelecidos, campanhas para a preservação da Galha Azul, conscientizando a população da necessidade da preservação das matas, e da reconstrução das matas destruídas.

Art. 3.º As Secretarias do Interior, Agricultura, Planejamento, Saúde e Bem-Estar Social se encarregarão pelo esforço comum em defesa do meio ambiente propício à vida e proliferação desta ave, que está ameaçada de extinção, principalmente no que se refere ao pinheiro paranaense (*Araucária Angustifolia*), principal alimento da Galha Azul.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Gralha Azul apresenta duas razões básicas para se tornar ave símbolo do Paraná. A primeira é a característica de vida dela, como um incansável lutador pela preservação do equilíbrio ecológico. Seu alimento principal é o pinhão a semente da nossa árvore símbolo (araucaria angustifolia). Para isso, a ave prende o pinhão no bico e bate contra as pedras ou árvores até arrebentar-lhe a casca. Muitas vezes, no entanto, esconde os pinhões, enterrando-os na mata, para posterior alimentação. Como normalmente esquece o local, o pinhão acaba germinando dando origem a uma nova árvore.

Assim, a Gralha Azul contribui grandemente para o reflorestamento natural não só do pinheiro paranaense, como dos outros vegetais que crescem em associação com esta árvore uma vez que formam um ciclo importante para o desenvolvimento normal e equilibrado das matas paranaenses.

Por isso, ela possui características para se tornar símbolo ideal na luta de reconstrução ecológica do Paraná.

Em segundo lugar, temos de reconhecer que a Gralha Azul foi talvez a ave que mais contribui para a formação de uma das principais riquezas de nossa terra: a madeira. No entanto, com a ocupação de todos os espaços, com o desmatamento desenfreado, foi perdendo terreno para a construção de seu habitat. E hoje é uma ave em extinção. Se os órgãos educacionais e culturais do Governo Estadual, não moverem processos de educação do povo, em favor dela, ou que outros setores não se conscientizarem da necessidade de sua preservação e da recuperação do habitat, ela se extinguirá.

A Gralha Azul não merece ser lembrada pela posteridade, apenas pela história, através de gravuras. Não é uma ave bonita, nem procurou se impor ao homem, retirando-se dos meios populosos silenciosamente, mas sua preservação beneficiará muito mais que apenas uma ave. Será a bandeira para o restabelecimento do equilíbrio ambiental e ecológico em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º 134/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as dispo-

sições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

PROJETO DE LEI N.º 135/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos "Criadores" da Região de Cianorte-ACRENORTE, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa, preenche os requisitos essenciais da Lei n.º 6.994, de 10 de dezembro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

Razão pela qual, solicitamos aos nobres Pares o devido apoio e sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

A mesa registra com satisfação a presença dos alunos da 8.ª série da Escola Emílio de Menezes, acompanhados da Professora orientadora Senhora Regina Camargo Gomes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda o DETRAN. Hoje o Diretor do DETRAN concedeu uma entrevista à imprensa, dizendo que o aumento de quase 5.000% nas taxas do DETRAN, era motivado, primeiro para dar condições ao DETRAN de acabar com a onda de corrupção naquele órgão e segundo de acordo com as palavras do próprio Diretor Francisco Deliberador, Diretor do DETRAN, que tem automóvel é privilegiado e tem que pagar o aumento de quase 5.000% de imposto em vigor no Paraná pelo Governador José Richa.

Nós discordamos das afirmações do Diretor do DETRAN, lembrando que muita gente tem automóvel hoje quase que como uma ferramenta de trabalho e há milhões de brasileiros que têm automóveis, cujo valor vai de Cr\$1.200.000,00 a Cr\$3.000.000,00, no máximo e quando vemos o DETRAN cobrando Cr\$27.000,00 por um exame de vista, aumentando uma carteira de motorista de Cr\$.... 10.000,00 para Cr\$36.000,00, aumentando uma fotocópia de Cr\$168,00 para mais de Cr\$4.500,00, a fotocópia mais cara do mundo, nós gostaríamos de lembrar ao Diretor

do Detran, que há pessoas milionárias possuidoras de veículos, pessoas de classe média, mas há também pessoas pobres e muitos brasileiros, pelo alto preço do petróleo, chegam até deixar o automóvel no quintal de casa, vão de ônibus ou a pé para o trabalho. Então nós discordamos, Senhor Presidente, das afirmações do Diretor do Detran, entendemos que ter automóvel em pleno século XX não é luxo, não é privilégio, mas é quase uma necessidade que o mundo moderno impõe a cada família brasileira.

Aproveito para ler o editorial do jornal, conceituado jornal "Diário Popular", que se edita nesta Capital, a respeito do Detran.

"AS TAXAS DO DETRAN". Quando afirmamos aqui que o DETRAN, após se transformar em autarquia, desenvolve um escalada, visando a auto-suficiência financeira, através de multas, muita gente contestou. Alegou que as multas eram para moralizar o trânsito na Capital. Nada disso. As recentes elevações das taxas do Detran em até 5 mil por cento, comprovam a ânsia por dinheiro, dessa instituição. Não é metendo a mão no bolso dos contribuintes, diz o "Diário Popular", que já são explorados por inúmeros impostos, e os que têm carros, pela TRU, que essa autarquia, o DETRAN, conseguirá manter seus intentos.

O Governo do Paraná, que é democrático, precisa dar um basta, nessas formas inescrupulosas de que está lançando o DETRAN, para se auto-sustentar. Multas indiscriminadas pela madrugada e elevação de taxas a bel prazer, são atos expúrios, que infalivelmente lançarão a opinião pública, contra os governantes. Se o DETRAN precisa de dinheiro, que faça empréstimos, sem meter a mão no bolso de seus usuários, que são, na maioria das vezes, pessoas humildes e necessitadas. Um trabalhador que espera melhorar sua vida, com a Carteira de Motorista, irá pagar por esta carteira, doravante 36 mil cruzeiros, isso sem as taxas ou comissões das auto-escolas. É um absurdo, não é Senhor Diretor do Detran?" indaga aqui, o editorial do conceituado e tradicional jornal "Diário Popular". (Sem Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) A Mesa registra com satisfação a presença do ex-Prefeito de Umuarama, Jorge Vieira, como também a presença do Vereador de Umuarama, Inácio Pereira Pinto.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Assumo a tribuna nesta tarde, para

dois assuntos: - O primeiro relacionado com a "semana do Meio Ambiente", em curso.

A nossa contribuição, além das manifestações reproduzidas em algumas entrevistas que tivemos a oportunidade de fazer, como ex-membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Presidente da mesma, se faz através de uma propositura que tem por objetivo declarar a "Gralha Azul", ave símbolo do Paraná.

E na justificativa deste projeto de lei, Senhor Presidente, dizemos: (Lê)

"Gralha Azul apresenta duas razões básicas para se tornar ave símbolo do Paraná. A primeira é a característica de vida dela, como um incansável lutador pela preservação do equilíbrio ecológico. Seu alimento principal é o pinhão, a semente da nossa árvore símbolo (araucaria angustifolia). Para isso, a ave prende o pinhão no bico e bate contra as pedras ou árvores até arreventar-lhe a casca. Muitas vezes, no entanto, esconde os pinhões enterrando-os na mata, para posterior alimentação. Como normalmente esquece o local, o pinhão acaba germinando, dando origem a uma nova árvore.

Assim, a gralha azul, contribui grandemente para o reflorestamento natural, não só do pinheiro paranaense, como dos outros vegetais que crescem em associação. Com esta árvore uma vez que formam um ciclo importante para o desenvolvimento normal e equilibrado das matas paranaenses.

Por isso, ela possui características para se tornar símbolo ideal na luta de reconstrução ecológica do Paraná.

Em segundo lugar, temos de reconhecer que a Gralha Azul foi talvez a ave que mais contribuiu para a formação de uma das principais riquezas de nossa terra: a madeira. No entanto, com a ocupação de todos os espaços, com o desmatamento desenfreado, foi perder terreno para a construção do seu habitat e hoje é uma ave em extinção.

Se os órgãos educacionais e culturais do Governo estadual não moverem processos de educação do povo em favor dela ou que outros setores não se conscientizem das necessidades de sua preservação e da recuperação do habitat, ela se extinguirá.

A Gralha Azul não merece ser lembrada pela posterioridade. Apenas pela história através de gravuras.

Não é uma ave bonita, nem procurou se impor ao homem retirando-se dos meios populosos silenciosamente. Mas, sua preservação beneficiará muito mais do que uma ave. Será a bandeira para o restabelecimento para o equilíbrio ambiental e ecológico do nosso Estado.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho nesta tribuna

registrar um lamentável acontecimento que está trazendo perplexidade ao povo de Iporã, município que, juntamente com outros Deputados, entre os quais o ilustre médico Dr. Tuguio Setogutte, temos a satisfação de representar nesta Casa.

Aproximadamente 20 anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Dr. Gil Fernandes Guerra tem desenvolvido as suas atividades clínicas como cirurgião competente que tem dado um atendimento exemplar à população. E para Iporã seguiu e ali chegou a chefiar o posto de saúde.

Mas, devido a perseguições políticas, foi ele retirado da direção daquele órgão.

Mas, não bastou isto. Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à sua revelia, foi transferido para a cidade da Lapa.

O povo de Iporã não aceita esta situação e, já há manifestações na cidade, inclusive, com panfletos que estão sendo distribuídos espontaneamente por cidadãos do povo pedindo "devolva já", porque o povo de Iporã merece maior consideração por parte do poder público estadual. O cirurgião competente não deve ser colocado em escanteio, mas deve realmente, ser aproveitado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade é comum entre os Senhores Deputados do PMDB taxarem a honra, de público, de homens honrados e públicos.

Tivemos uma denúncia na sessão passada do Deputado Ferrari Júnior quanto à pessoa do Superintendente do IAPAS do Paraná, Dr. Carlos Ernesto Calberg.

Pessoa com a qual nós convivemos por quase três anos sendo seu funcionário, ocupando um cargo de confiança naquela pasta.

É uma pessoa que merece toda confiança; é uma pessoa de uma capacidade extrema, há mais de 30 anos fazendo jus ao seu trabalho no instituto.

E com referência ao pedido de informações que teria sido dirigido a esta mesa pelo ilustre Deputado Ferrari Júnior, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa do Estado no dia 31 de maio próximo passado com respeito às irregularidades que teriam ocorrido na Superintendência Regional do IAPAS, temos a prestar os esclarecimentos que seguem:

"Preliminarmente, deve-se destacar que o pedido de informações referido, tal como a imprensa divulgou, é muito vago, deixando de esclarecer o objetivo principal, que é atingir a pessoa do Superintendente Re-

gional, Carlos Alberto Calberg, pessoa que conhecemos sobejamente e a quem devemos todo o nosso respeito, face à sua firmeza na condução dos destinos do órgão que dirige.

E por isso mesmo que nos apressamos em prestar à Casa, esclarecimentos a respeito daquilo que é do nosso conhecimento.

Com o falecimento no dia 22 de janeiro de 1984 do então Secretário de Finanças daquele órgão, o novo Secretário Regional, ao assumir as suas funções, não estava conseguindo conciliar contas do IAPAS junto a entidades com a qual mantém convênio, no dia 15 de fevereiro, próximo passado, os resultados foram levados ao conhecimento do Sr. Superintendente Reginal do IAPAS, que manteve contato com o Sr. Superintendente do IAPAS da cidade do Rio de Janeiro, a quem solicitou, de imediato, fosse realizada uma Auditoria nas contas do IAPAS, e foi realizada esta Auditoria, por um Auditor e um Diretor Geral do Instituto, com início no dia 27 de março de 1984 e entregue no dia 18 de abril de 1984.

O resultado foi apresentado ao Sr. Presidente do IAPAS, a quem caberá a decisão derradeira.

Quero deixar aqui esclarecido ao nobre Deputado Ferrari Júnior, que tão logo chegue o resultado da Auditoria feito junto à Secretaria de Finanças deste órgão, o Instituto terá o prazer de remeter em suas mãos o resultado deste trabalho feito, com referência a um trabalho executado por um ex-Secretário, já falecido.

O que nos causa pena, o que nos penaliza, o que nos traz a essa tribuna é que sem ter conhecimento dos fatos, sem ter os dados apurados, o que na realidade aconteceu dentro do instituto, Deputados venham denegrir a imagem de cidadãos honestos e direitos, que cumprem os seus deveres há mais de 30 anos naquele instituto.

É muito fácil enlamear a honradez quem é honesto!

Quero ter a satisfação de vir aqui, perante esta tribuna, perante os Srs. Deputados, mostrar a realidade de como é fácil levantar falso testemunho, lançar uma injúria contra a pessoa do Superintendente Regional do Paraná, do IAPAS, Dr. Carlos Alberto Carlberg!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A crise do desemprego, a fome, a doença, a descrença e o resto de esperança que existe em cada um de nós, evidência a triste e torpe situação em que se encontra grande parte de nossa sociedade.

É um quartel que a cada dia conta com mais recrutas, com mais soldados que iniciam uma guerra violenta em busca da sobrevivência nos mais acidentados setores que a sociedade oferece no bombardeamento econômico e financeiro atual.

As lutas são pelas migalhas. As migalhas estão hoje, garantindo a sobrevivência de um amanhã empanado pela interrogação, cheio de incertezas e insegurança.

E essa gente precisa, já, não apenas de um olhar caridoso e filantrópico por parte do governo, mas da elaboração de uma política que resolva de vez, que acabe com o fosso ao qual muitos estão jogados, sem o mínimo de condições de sobrevivência digna. Afinal de contas, o governo e a própria sociedade são os responsáveis pela marcha em direção a um futuro para onde a comunidade não seja apenas a marginal do esgoto econômico que oprime e excomunga nossos irmãos do convívio normal, dentro dessa mesma sociedade. Nossos irmãos brasileiros, paranaenses, creio, ainda crêem nos homens que são os responsáveis pelos destinos da nossa terra, da nossa Nação, portanto, pelo destino da nossa gente. É preciso agir imediatamente, não apenas estender a mão grande no oferecimento das escolas, da migalha e apenas dos restos da mesa farta, dos banquetes encomendados. É preciso que a classe política se una no esforço de encontrar uma solução para a crise do desemprego, que assola e ameaça grande parte da nossa população.

Mas como alimentar essa esperança, se a classe política ainda não conseguiu encontrar um caminho para eleição direta para Presidente da República, para resolver o impasse político que é resolvido pela ação democrática em tantos outros países.

É um exemplo da necessidade urgente da apresentação de uma política adequada e responsável para o setor econômico, que venha de encontro a ansiedade e reivindicações da massa popular que se apresenta diante dos que já apresentados três Planos Nacionais de Desenvolvimento, que em nada solucionou as graves e inconseqüentes crises sociais e econômicas. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, foi elaborado pelo governo do então General Garrastazu Médice; o segundo pelo governo do General Ernesto Geisel e o terceiro Plano de Desenvolvimento Nacional, pelo governo do atual General João Figueiredo, elaborado para o período de 80/85.

Planos, planos e mais planos, que se sucedem a gerais e abstenho-me de maiores comentários. Este Terceiro Plano Nacional

de Desenvolvimento, em plena vigência, estabelece entre os extraordinários objetivos nacionais, o crescimento acelerado da renda e do emprego, porém, ao contrário, o que temos hoje é o crescimento do desemprego, da miséria, da fome, da doença, e consecutivamente da baixa renda, do salário dos trabalhadores frente a incrível e poderosa marcha da alta do custo de vida.

Mesmo com este Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, o que temos é na verdade cerca de três milhões de desempregados. Este contingente, custa à Nação, cerca de 27 bilhões de dólares ao ano, quase que a quarta parte da dívida externa da Nação, a qual foi contraída pelos governos militares que se alternam no poder, sem que isso tenha ocorrido com o aval da população.

Ao lado dos números que apontam o contingente de desempregados, temos ainda os quartéis dos subempregados, em torno de 10 milhões de pessoas. Este contingente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ..."

Solicito à Mesa que considere lido o restante de meu pronunciamento.

"Este contingente, em seu quartel do desespero, sequer viu até hoje, ou teve notícias da arrecadação das enormes fortunas financeiras arrecadas via FINSOCIAL ou Imposto Calamidade.

A situação é tão grave, que na região nordeste do País, os "soldados do lixo" nossos irmãos cá do sul, numa desesperada trincheira, ainda disputam bravamente por uma vaga nas chamadas Frentes de Trabalho, por um salário miserável e atrasado, na base de quinze mil cruzeiros mensais.

Tal salário é pago pelo Governo. Pelo Governo do agora Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

Enquanto isso ocorre, a fome campeia, a miséria agride, a doença mata nossos irmãos que mesmo assim, ainda acreditam numa solução por parte de gente que integrando o governo salvador da revolução de março de 64, arrocham os salários, sufocam as pequenas e médias empresas, reduzem o atendimento médico da Previdência Social, retiram os subsídios à agricultura. Tudo isso, em nome dos grandes objetivos nacionais. Tudo isso, para assegurar a eficiência, e estabilidade e o crescimento continuado da economia.

Enquanto a maioria passa fome, os responsáveis pelas falcaturas de Tucuruí, das polonetas, da Coroa-Brastel, da Delfin, do chamado escândalo da mandioca, e tantos outros, continuam livres; bem alimentados, sadios e com alimentação garantida; continuam engordando como o belo gato angorá no colo do FMI.

Esse quadro é ainda mais preocupante quando se sabe que nos últimos trinta meses, cerca de dois milhões de paranaenses

deixaram o Estado, a grande maioria, trabalhadores rurais. Estes, sufocados pelo desespero e pressionados pela miséria, procuram trabalho para poder sobreviver e dar meio-sustento às suas famílias".

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Está com a palavra o orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Nós hoje, ao lermos o "Jornal do Estado", vimos estampado na 1.^a página, "Corruptos serão punidos". Isto faz com que nós, nesta oportunidade, refutamos aqui a acusação do Deputado Antônio Belinati, que vem à Tribuna desta Assembléia Legislativa criticar as decisões do DETRAN do Paraná, dos preços abusivos das taxas cobradas pelo DETRAN.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos que lembrar que, na verdade, hoje, o Paraná se torna um novo ritmo de trabalho, um ritmo de austeridade, um ritmo de combater a corrupções existentes no passado, como havia nas CIRETRANS antes de 1982, que usavam as CIRETRANS do Paraná através da corrupção, enriquecendo seus chefes de CIRETRAN, fazendo da CIRETRAN os maiores índices de acidentes neste Estado, através das carteiras frias expedidas pelos homens que beneficiavam a política do passado, e que hoje, através do Governo Richa, através do Diretor do Detran do Paraná, está havendo uma austeridade para que não se cometa o erro que se cometeu no passado, transformando a Ciretran em termos políticos, beneficiando pessoas que não tinham condições de trafegar nas rodovias paranaenses e do Brasil inteiro. Mas até em busca de votos deram carteiras frias, carteiras a pessoas que não tinham competência para dirigir veículos nas rodovias. E é isto que não permitimos a acusação do Deputado Antônio Belinati, que se esquece que quando houve o índice do aumento da TRU, que é do Governo Federal, aqueles que pagaram sua taxa do mês nove tiveram que recolher novamente no mês de maio quando teriam que recolher no mês de setembro. Nós não podemos permitir tais acusações sem conhecimento de causas, que venham tentar denegrir a imagem do Detran, que hoje se torna uma realidade neste Estado, onde está acabando, realmente com a corrupção e com a injustiça que havia nos tempos passados.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e nós não podemos permitir que quando Antônio Belinati, Deputado desta Casa, venha acusar o Governo José Richa, acusar os seus assessores, quando se esquece o Deputado Antônio Belinati, quando

Prefeito na cidade de Londrina, onde deixou as suas marcas do passado, as injustiças cometidas na sua administração, que tanto é que o reconhecimento do povo paranaense, o reconhecimento da cidade de Londrina que lamentavelmente, Antonio Belinati veio a esta Casa como primeiro suplente à Assembléia Legislativa do Estado.

Nós não podemos permitir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que quem deixou uma marca de administração no passado, comentando injustiças, venha hoje querer criticar um Governo de austeridade, um Governo sincero, comprometido com o povo paranaense para trazer tranquilidade a este Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não temos autorização de defender os governos passados, mas como fizemos parte destes governos que nós julgamos honestos, governos que passaram, governos da Arena, do PDS, que ajudaram a eleger o Deputado Dirceu Manfrinato. Como o nosso grande Líder Jayme Canet, o homem que foi o carro-chefe da campanha do Governador José Richa. Não podemos vir aqui escutar essa balela sem discriminação, sem pelo menos fazerem uma pausa do Governo Canet e dos outros governos, então ficamos a sofismar que querem mais? Que quer mais o Deputado Manfrinato de que deu o ilustre, talvez indicado por Sua Excelência, Doutor Deliberador que confessou que de trânsito não entende nada. As taxas abusivas estão a deixar o Governador, que não duvido de sua honestidade, com os cabelos mais embranquecidos.

Como pode o Deputado Manfrinato vir à tribuna defender um Diretor do Detran que fala que todos os funcionários são corruptos, e que para isso precisa do dinheiro do povo para continuar na corrupção. Um homem que merece o nosso respeito, vem aqui a dizer na televisão, para todos os paranaenses, abusando da boa-fé do povo que paga imposto, subindo, multiplicando as taxas elementares e necessárias ao povo paranaense.

Onde está a sensibilidade Deputado Dirceu Manfrinato, do seu Diretor do Detran, a dizer que precisa aumentar as taxas para acabar com a corrupção; lugar de corrupto é na cadeia. E pediria vênua Vossa Excelência, pelo menos com respeito ao homem que carro-chefe da campanha do ilustre Governador José Richa, Jayme Canet Junior, merece o respeito. E quando forem à

tribuna, peçam e abram um parêntesis, a dizer "com exceção do Governador Jayme Cagnet Júnior".

Vossa Excelência ataca o Deputado Belinati por falar a verdade; Vossa Excelência tem razão, porque os "louva-Deus" do Palácio, desde os tempos de antamunho, já existiam.

Mas não sabemos se o Senhor Governador, homem sério que eu tenho até hoje na conta, o Governador José Richa, está satisfeito com a declaração do homem que delibera, mas não delibera nada; que de deliberador só tem o nome; o homem que exorbitou, que extrapolou, que jogou a culpa e a responsabilidade para a ALE de termos aprovado uma lei esdrúxula, onde ele está usando e abusando.

Ao invés do Deputado Dirceu Manfrinato vir nos criticar, diga ao Governador que substitua o Diretor do Detran, porque neste instante vou fazer coro com o Deputado que Vossa Excelência atacou: está um verdadeiro assalto à bolsa do povo. Vou fazer a justiça, o pensamento do povo, Deputado, e tenho pena do Governador José Richa, porque os seus diretores, com raras divergências, e com raras exceções, estão extrapolando o seu poder, estão exacrando um homem que é povo, estão exacrando o teu Governador, e vem Vossa Excelência aqui a dizer que Belinati não fala a verdade. A verdade foi dita. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Nos tempos em que o mocinho ganhava do bandido e casava com a mocinha, ninguém era mais bandido que o índio. Os mocinhos, de repente, não têm a pele branca. Pelo menos aqueles que, nos filmes americanos, eram perseguidos por John Wayne, Henry Fonda ou James Stewart, e que, nesses mesmos filmes, chamavam-se Cochise, Gerônimo, Nuvem Vermelha, Cavalo Doido, Touro Sentado... A tal gente pintada que berrava é um povo ativo, nobre, com uma cultura própria que só entra em guerra defendendo o direito de viver nas terras que sempre foram suas.

E este exemplo é dado, pois falta, em nossa história um exemplo para o índio brasileiro.

Hoje, pelo menos em parte, conhecemos o outro lado da história, porém, em uma imagem romantizada de um índio nu, armado de arco e flecha, vivendo de forma homogênea e padronizada, dotados de características biológicas, psíquicas e culturais

indesejáveis, e que cumpre mudar para compeli-los à pronta assimilação dos nossos modos de vida.

Nos anos mais recentes, no Brasil, a invasão da Amazônia pelo grande capital, trouxe à tona a ocupação das regiões de fronteira da terra e, conseqüentemente, dos territórios indígenas.

A questão saiu das aldeias e invadiu as cidades. O índio passou a freqüentar os jornais, os cinemas, as salas de aula e as manifestações públicas, como personagem. Conhecê-lo tornou-se uma questão urgente.

Os veículos de comunicação, transmissores de nossa cultura, e o próprio Estado, através da política indigenista oficial tem se encarregado, neste sentido, de apresentar uma visão preconceituosa, atribuindo a este povo uma visão depreciativa.

As populações indígenas existentes hoje, no Estado do Paraná, são constituídas, basicamente por dois povos distintos: os Guarani e os Kaingangue. O registro histórico assinala, também, a existência dos Xetá - dramaticamente extintos em função do contato com a chamada sociedade "civilizada" - que constituíam um grupo pertencente ao tronco lingüístico tupi-guarani, e habitavam a floresta tropical da Serra de Dourados, entre os Rios Paraná e Ivaí, a Noroeste do Estado, no Município de Cruzeiro do Oeste.

Até a dura realidade de sua extinção, constituíam um grupo étnico culturalmente coeso, reproduzindo-se e desenvolvendo-se de forma harmônica. Assim, conseguiram viver isolados até meados do século vinte, como um dos últimos caçadores coletores da América Meridional. Com a chegada das fazendas de café, iniciou-se um irresistível e desordenado processo de devastação do seu "habitat".

Os Xetá foram mencionados por constituírem um caso sem paralelo dos etnocídios praticados contra os povos indígenas.

E hoje, desta tribuna, não pretendo exaltar aspectos de sua cultura tradicional, mas, principalmente, focalizar a situação dramática que os envolve, em função da expansão da sociedade regional em seus territórios.

As populações Kaingangue e Guarani totalizam aproximadamente cinco mil pessoas. São classificadas genericamente como índios, mas se auto-identificam como Guarani e Kaingangue, talvez como dramática tentativa de marcar sua identidade étnica e cultural, distinguindo-se dos demais. Vivem agrupados em espaços físicos contíguos, a maior parte confinada em reservas, vivendo numa mesma área, nos onze postos indígenas do Paraná, sob jurisdição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nas regiões Norte, Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná.

Possuindo origens e hábitos diferenciados, foram compulsoriamente agrupados em espaços físicos contíguos. Maria Ligia Pires Moura discorre com propriedade sobre a história desse contato, em "Guarani e Kaingangue do Paraná: Um Estudo de Relações Intertribais".

Hoje, eles vivem em reservas a partir da emissão de decretos federais e da criação de órgãos protectionistas, cujo objetivo deveria ser defender os índios da invasão de colonos e fazendeiros em seu território. Porém, os massacres continuam sendo praticados contra esses povos, a invasão sistemática de suas terras são um atestado vivo da inoperância da ação indigenista oficial. Os autores que têm escrito sobre a questão Guarani-Kaingangue no Paraná, têm discorrido habilmente sobre suas origens, atividades de subsistência de sua organização social e o contato com os povos brancos.

A coexistência desses grupos tribais é caracterizada por uma interação esporádica, distante e impregnada de ideologias que revelam uma situação de desigualdade social: os Kaingangue se consideram superiores aos Guarani.

A situação atual dos índios no Paraná só pode ser compreendida se associada a fatores históricos que marcaram sua expansão da sociedade regional em seus territórios.

Quero enfocar o aspecto jurídico dos índios de Mangueirinha, sua luta pelas suas terras; suas, não como consequência do passado, pelo fato inegável de que eles já as habitavam antes da chegada dos brancos, mas de mecanismos criados e sancionados pela sociedade nacional para regulamentar a posse da terra.

É possível que os Kaingangue e os Guarani vejam apenas seu lar na floresta nativa de milhares de pinheiros e de outras árvores de igual porte, 9.000 hectares! Um dos mais cobiçados pedaços do Paraná, talvez os indígenas não "traduzam" tal pedaço de terra em cruzeiros provenientes da venda de metros cúbicos de madeira.

A reserva de Mangueirinha foi criada em 1903, num Decreto assinado pelo então Governador do Estado, em 2 de março, decreto este que levou o n.º 64, com aproximadamente 17 mil hectares, dos quais a metade coberta por florestas de araucária, está hoje em litígio, e a outra metade está sendo cuidadosamente devastada por uma serraria implantada pela FUNAI através do Departamento Geral de Patrimônio indígena (DGPI).

Aqui, um parêntese: segundo denúncia feita recentemente pelo Instituto de Terras e Cartografia (ITC), de Pato Branco, o objetivo da serraria, que seria aproveitar madeira desvitalizada, está sendo desvir-

tuado, e o que ocorre é exatamente o contrário: madeira desvitalizada é desprezada e o pinheiro vem sendo extinto. Continuando: em 12 de maio de 1949, a administração federal do Governo do General Dutra, através do Ministério da Agricultura, estabeleceu um acordo com o Estado do Paraná, cujo Governador era, então, o Senhor Moyses Lupion, para que este demarcasse as terras indígenas em território paranaense, a pretexto de reestruturar as áreas indígenas em favor das comunidades indígenas. Convênio maliciosamente elaborado, que abria a possibilidade de redução de algumas áreas. Este acordo determinou a redução da área da reserva de Mangueirinha, de um total de 15.849 para 7.400 hectares cujo remanescente, quase 9.000 hectares, foi "encampado" pelo Governo do Estado, o qual, pouco depois, a preço vil, o transferia a interesses econômicos.

A área de Mangueirinha foi medida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que a subdividiu em três glebas. A gleba "A", com 3.300 hectares, ficou para os Guarani. A gleba "C", com 4.100 hectares, foi destinada aos Kaingangue e à sede do Posto. A gleba "B" que, coincidência ou não, era a mais rica em madeira, além de estar no meio, separando as outras duas, dividindo a reserva, ficou para a Fundação e foi transferida a um grupo que, posteriormente, transferiu as terras a outras empresas.

O paranaense Carlos Marés de Souza Filho, em artigo escrito para o Boletim Jurídico da Comissão Pro-Índio de São Paulo, levanta questões como a ilegalidade do Ministério da Agricultura, o excesso do Estado do Paraná, fornecendo dados jurídicos. Dentre as questões, a primeira apresentada é: teria o Ministério da Agricultura o poder para autorizar a redução da área indígena, já delimitada e reconhecida? Para tanto, seria necessário a constatação da inexistência de povos indígenas, o "livre abandono por parte das populações indígenas", conforme diz atualmente, a lei, além de rigoroso processo administrativo, e não deixando ao arbítrio do mediador que, no caso, também é beneficiário do "remanescente". Entretanto, havia índios em toda a reserva, o que caracteriza a inconstitucionalidade da redução das áreas. Sem dúvida, o Ministério da Agricultura agiu na ilegalidade. Terra habitada por indígena é domínio da União é bem público federal, que foi considerada "terra devoluta". Poderia ter sido assim considerada? O Governo do Paraná, com a aquiescência do Ministério da Agricultura, agiu absolutamente sem critérios científicos e legais.

Poder-se-ia argumentar que as terras de mangueirinha deixaram de ter uso público, com o entendimento do Estado do Para-

nã, de que as terras já não mais eram indígenas, mas apenas remanescentes inaproveitados. Apesar de ter havido e haver índios na reserva, a terra, uma vez incorporada ao patrimônio público, não volta jamais, a ser terra devoluta.

Dentro do sistema jurídico vigente, a terra é devoluta desde sempre, até o momento que se incorpora ao patrimônio particular ou público, incorporação que se dá porque assim o disse um ato do Estado ou porque a lei o diz: são as faixas de marinha, margens de rios, terras indígenas, etc. No caso de Manguaerinha, as terras estavam incorporadas ao patrimônio público, não só porque a lei assim o determinava, mas antes também porque havia ato concreto delimitando-a e reservando-a: o Decreto 64.

AS terras de Manguaerinha eram patrimônio público não devoluto.

Para a gleba de Manguaerinha, havia uma destinação da União para uso indígena, alterar esta destinação para vendê-la exigiria, por certo, autorização legislativa. Neste particular, porém, entram dois complicadores:

- a) Quem autorizou a mudança da destinação foi a União, não o Estado do Paraná.
- b) A destinação era de ordem constitucional.

A destinação, na verdade, mudou de "terra para uso indígena" para "terra para ser doada ao Estado do Paraná". Cumprida a segunda destinação, o Estado do Paraná entendeu como devoluta e a vendeu. Mas, para que houvesse a primeira alteração, seria necessária a participação do Poder Legislativo Federal, que autorizaria a União a doar seus bens. Isto tudo está agravado pelo segundo complicador: A destinação é de ordem constitucional. E nossas constituições não permitem alteração, salvo pelos processos legislativos especiais, das emendas constitucionais. Isto significa que, para alterar aquela destinação, seria necessário ao Poder Legislativo federal fazê-lo por emenda à Constituição.

Detentores de uma vasta área, o Governo Estadual legislou no sentido de reduzir-lhes a prioridade. A partir de uma ação popular, foi garantida a integridade da reserva, num memorável acórdão do STF, que diretamente aplicou a Constituição Federal e considerou sem valor a lei estadual, porque inconstitucional.

Nossa esperança, entretanto, não deve nos manter calados. A professora Cecília Maria Vieira Helm, titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, no trabalho "A Terra, a Usina e os índios do Posto Indígena Manguaerinha", calcado em dados obtidos através da ELETROSUL e no relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina

Hidrelétrica de Salto Santiago, lembra que, enquanto os Guarani e Kaingangue estavam atentos à questão da recuperação de suas terras, já se projetava a construção da Usina hidrelétrica Salto Santiago.

O envolvimento com a questão ligada à terra era tão forte que não se deram conta das alterações que iria ocorrer, novamente, em seu território, o que reduziria ainda mais a área da reserva. A Usina foi construída pela ELETROSUL, no curso principal do Rio Iguaçu, entre os Municípios de Laranjeiras do Sul e Chopinzinho, a uma distância de 340 Km de Curitiba, e tem seu reservatório compreendido pela barragem de 80 metros de altura, a extensão do Rio Iguaçu, englobada pelo reservatório, é de cerca de 100 Km. Da gleba "A", dos índios Guarani e do Posto Indígena de Manguaerinha a área atingida pela cota de segurança do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago é de 306,50 hectares, e a área necessária à relocação da BR.373 foi de 0,16 hectares, ambas localizadas no município de Chopinzinho. (Dados fornecidos a Cecília Maria Helm, pela Assessoria de Comunicação da ELETROSUL, Florianópolis, assim como a informação de que ambas as áreas foram desmembradas de um todo maior com 3.300 hectares). Ainda em "A verdade dos índios ANAÍ", 1980:30, Jacó C. Piccoli escreve: "...na área Guarani, a Hidrelétrica de Salto Santiago inundou cerca de 70 alqueires de terra, até hoje não indenizados".

Em verdade, dados oficiais informam que a área inundada é bem maior que a mencionada por Piccoli. Em Porantim, dezembro de 1979, há a seguinte notícia: "A partir de dezembro deste ano de 1979, a área indígena de Manguaerinha terá entre 900 e 1000 hectares de terras a menos, inundadas que estão sendo pela barragem da Usina de Salto Santiago, no Rio Iguaçu". Com a barragem, os Guarani foram os mais prejudicados, devido às obras que os obrigaram a se instalar junto à Rodovia BR.373 e, em função do fechamento das comportas, em 1979, perderam mais uma parte da área do seu território.

Baseado no Decreto 81.132, de 27.12.77, que concede à ELETROSUL autorização para construir estradas em terras do Posto Indígena de Manguaerinha, o então Delegado da 4.^a Delegacia Regional de Curitiba enviou ofício ao Diretor do Departamento Geral de Operações da FUNAI, no sentido de ressaltar que "... a ELETROSUL não se restringirá à construção de uma estrada variante da BR. 373, numa extensão de 3.000 metros, atravessando terras da área indígena de Manguaerinha, pois essa obra constitui simples etapa de outra mais ampla, qual seja a construção do reservatório das águas que irão alimentar a USINA de

Salto Santiago, o que implicará na forçada inundação de outras terras indígenas, além da utilização das destinadas àquela variante". Mais adiante: "...indispensável a assinatura com a ELETROSUL e outras entidade porventura interessadas, de ajuste que regule minuciosamente tais matérias, inclusive os direitos e obrigações das partes". No entender do Delegado, o ajuste deveria incluir cláusulas regulando a indenização da parte de terras atingidas pela variante, inclusive das compreendidas nas faixas laterais objeto da servidão; indenização da área de terras a ser submersa pelas águas do reservatório; indenização das essências florestais (pinheiro, madeira de lei, etc); pagamento de material requerido pelas obras: pedras, cascalho, saibro, areia, madeiras, etc); construção de casas residenciais, escola e enfermaria, em substituição às existentes na área a ser inundada; indenização das lavouras indígenas prejudicadas pelas obras.

Apesar das disposições do Decreto n. 81.132, de 27.12.77, do Senhor Presidente da República, notadamente em seu artigo 3.º: "Caberá às Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, indenizar a comunidade indígena dos prejuízos que venha a causar em decorrência da utilização da faixa de terra referida no art. 1.º, competindo ao órgão de assistência ao silvícola, a fixação do valor da indenização", e das ponderações do Delegado Regional da FUNAI em Curitiba, já transcritas, no sentido de ser indenizada a comunidade indígena de Mangueirinha, com a relocação da BR. 373, e posteriormente, com a inundação de uma parte do seu território, sabemos que os entendimentos mantidos entre a FUNAI e a ELETROSUL foram, apenas, no sentido de remoção das benfeitorias existentes. Foram contruídas 20 casas para os índios Guarani, uma escola e uma enfermaria. Os demais recursos advindos com a indenização foram destinados ao órgão tutelar - a FUNAI.

A lei que reconhece usos, costumes e tradições indígenas é fonte de Direito suplementar à lei brasileira. "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito".

É indiscutível a supremacia da lei brasileira sobre os usos, costumes e tradições indígenas.

As nações indígenas não dispõem de qualquer autonomia ou, ainda menos, soberania dentro de seus territórios e para com seu povo. E isso fica claro se imaginarmos uma Nação indígena resolver, baseada no desenvolvimento de suas tradições, usos e costumes, proclamar sua independência política e territorial e deixar de

obedecer à legislação e às autoridades brasileiras. Jamais se poderia encontrar, no sistema jurídico brasileiro, a interpretação de que esta decisão é um ato de soberania e, portanto, de guerra entre Nações, mas sim, de um mero ato de rebeldia interna, passível de repressão pela lei penal brasileira, ou por lei de exceção. Não há dúvidas de que os povos indígenas do Brasil não dispõem de poder dentro de seu território. Juridicamente, e de fato, o Estado Brasileiro é que exerce essa soberania. Isto fica patente quando o Poder Público resolve construir uma estrada ou uma barragem sobre território indígena. Jamais imaginou a Administração Brasileira solicitar autorização ao povos indígenas para realizar a obra. Aliás, nem sequer tem buscado saber de seu interesse, ainda que a lei estabeleça que assim o faça.

O Direito positivo pátrio determina, constitucionalmente, que as terras ocupadas por indígenas sejam destinadas ao seu usufruto exclusivo e permanente. Não são passíveis de utilização para a construção de estradas, barragens e outras obras públicas, senão através de um processo legal que tem como ápice a aprovação da emenda constitucional."

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Esta Presidência comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, consulto o nobre Líder de plantão, se me concede da liderança, 3 minutos para encerrar o meu pronunciamento.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, concedemos 5 minutos do horário da liderança, ao nobre Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE - (**Traiano Bastos**) O Deputado que se encontra na tribuna tem mais 5 minutos para concluir seu discurso, do horário da Liderança do PMDB.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Eu agradeço ao ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, hoje no exercício da liderança, pela concessão desse tempo.

Continuando, Senhor Presidente. (**Lê**):

"Não é isto, porém, o que se tem visto na prática de construções de barragens e estradas pelo Governo Federal em terras indígenas. Ao contrário, tem-se construído a obra e, a posterior, buscado solucionar o problema criado. E isto, por duas razões principais:

1) O tutor legal insiste em desconhecer a existência de populações indígenas em mui-

tas regiões, tornando impotente, assim, o dispositivo constitucional.

2) Mesmo reconhecendo a existência, através de ato abusivo, que viola direta e frontalmente a lei, realiza a obra; como o tutor da obra e o tutor legal, em última instância, são a mesma pessoa - a União - Não há controle desse abuso de poder.

Durante dezenas de anos, os indígenas têm vivido sob a tutela de um domínio centralizado, algumas vezes tirânico, algumas vezes benevolente, poucas vezes disciplinado, sempre imprevisível. Ainda que se considere impossível, no atual momento, a devolução da soberania ou a elevação da união dos povos índios à categoria de Estado-membro, há que se introduzir no sistema jurídico brasileiro, canais mais efetivos de reconhecimento dos usos, costumes e tradições indígenas como fonte primária do Direito nos territórios e se lhes dê condições de plena representação e defesa de seus interesses junto à comunidade nacional. Reconhecer os usos, costumes e tradições como fonte primária do Direito em seus territórios, deve ser mais do que atribuir-lhe vigência em certas relações, mas possibilitar o exercício restrito da sua autonomia na formulação dos direitos, assim como no seu julgamento e processo.

Há que se garantir, ainda, a representação efetiva desses povos junto ao Poder Legislativo Federal, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado, com representação direta dos povos - na Câmara - e com a representação da entidade nacional indígena - no Senado. Essa representação é básica para que, no processo legislativo, esteja sempre presente a posição dos povos indígenas na elaboração de cada lei. É a única forma de diminuir os antagonismos entre a legislação brasileira e os usos, costumes e tradições indígenas elevados à categoria de fonte primária do Direito, e única alternativa que resta para que os povos indígenas possam assegurar sua existência na história."

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Não posso esconder meu contentamento, nesta tarde ao verificar que, apesar de más-línguas que andam ocuadas em denegrir a boa imagem de moralidade que o PMDB está imprimindo nos Governos Estaduais, ao propugnar pela moralidade administrativa, este nosso objeto vai-se aos poucos consolidando, através do bom senso dos parlamentares do nosso Partido, que ontem, e apesar da ameaça de perder a maioria na Assembléia de São Paulo, votaram favorável-

mente à expulsão do Deputado Estadual JACOB LOPES.

Havíamos, no dia 25 de maio, enviado ao Diretório Regional do PMDB do PR, ofício encarecendo para que este Diretório tomasse uma firme posição, pressionando a Executiva Nacional do nosso Partido no sentido de que se concretizasse a medida expulsiva. Na ocasião, justificava o pedido afirmando que o inquestionável envolvimento daquele Parlamentar num milionário caso de extorsão, além de macular o espírito de retidão que o PMDB vem demonstrando em todas as suas ações atenta contra todos quantos no exercício da vida pública, vêm direcionando sua atuação à apuração de casos anti-éticos praticados em Governos anteriores ou atuais, seja a nível Estadual ou Federal.

O escândalo de Mogi, ou "MOGIGATE" como ficou sendo denominado, não poderia de modo algum ficar impune sob pena de termos entre nossos companheiros de Partido, um que pudesse comprometer o espírito anti-corrupção de que estamos imbuídos.

Sempre afirmamos e continuaremos afirmando, que repudiamos veemente qualquer ato menos correto, parta ele de onde quer que seja; e neste caso, mais do que nunca o PMDB demonstra inequivocamente que sobrepõe a moralidade administrativa nos órgãos públicos, aos seus próprios interesses eleitorais, elevando mais alto o sentido da palavra "COERÊNCIA". Sua atuação como verdadeira agremiação representativa das aspirações populares, não recuará jamais na averiguação de probelams que venham contra o interesse social, praticados por autoridades que exerçam cargos e funções públicas.

Os interesse da sociedade não podem ser deixados de lado, em proveito de repugnantes vantagens pessoais.

A batalha contra a corrupção deve ser ponto de honra de todos os Governos que estejam efetivamente enganados num trabalho de proteção às prerrogativas dos cidadãos. E o PMDB tem-o provado sobejamente, resguardando-as, tanto a nível Estadual, Federal e Municipal.

Naturalmente, a expulsão do Deputado JACOB LOPES impôs-se, caso contrário nossa credibilidade e autoridade moral estariam irreversivelmente prejudicadas; juridicamente e politicamente a sanção era improrrogável.

Aproveito a oportunidade para me congratular com a Executiva Nacional do PMDB que numa excelente lição de democracia, afogando todas as vozes malévolas dos parlamentares do PDS que têm-se empenhado em tentar descaracterizar a imagem do nosso Partido, soube demonstrar como são intimamente ligadas as palavras "Coerência moral".

Neste momento, faço minha a declaração do Presidente do PMDB de São Paulo, Senador Henrique Cardoso: "um partido que não extirpa a corrupção interna não pode combater a corrupção alheia".

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado, restante de 20 minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Ocupará a tribuna, por 10 minutos, o Deputado Ferrari Júnior, e em seguida, também por 10 minutos o Deputado Roberto Requião.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Na sessão de ontem, acompanhamos durante 30 minutos, aproximadamente, o depoimento do ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que se reportava à demissão de uma médica de uma das cidades do Paraná, cujo nome, Palmas, me lembra o Deputado Gabriel Manoel, eu agradeço. Eu evidentemente não tiraria o direito do ilustre Deputado de abordar este tema, ou qualquer outro tema que ele queira abordar, afinal de contas, tem todo o direito de usar a tribuna desta casa da mentira que bem entender.

Eu entendo, Senhor Presidente e nobres Deputados, que a responsabilidade da demissão de quem quer que seja, inclusive desta senhora médica, é uma questão administrativa, compete única e exclusivamente a quem emprega, compete única e exclusivamente ao Governo do Estado do Paraná, compete na minha maneira de ver ao Senhor Secretário de Saúde do Estado do Paraná, que deve ter motivos de sobras para tomar essa atitude, e como disse eu, uma atitude absolutamente administrativa.

Causa-me espécie, contudo Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, perder-se tanto tempo falando-se sobre uma classe, a laboriosa e digna classe dos médicos, quando outros assuntos poderiam ser abordados também, naqueles 30 minutos. Este País tem sérios problemas, porque realmente não é um País unido, as classes não se unem. Quando reivindicam alguma coisa parece que mendigam, ao invés de reivindicar.

Eu vi no depoimento do ilustre Deputado, um movimento de médicos desta cidade, defendendo uma Senhora Médica. Mas o tempo, a ação deveria ser utilizada pela laboriosa classe médica, e digna classe médica, diga-se de passagem, com apoio dos Senhores Deputados do PDS, contra, por exemplo, o famigerado INAMPS e eu não vejo, ou raramente vejo a união dos Senhores médicos, raramente vejo a união de Parla-

mentares do Governo do PDS, para defender médicos, que ganham dois mil e poucos cruzeiros, para efetuar uma consulta do INAMPS, dois mil e uns quebrados, é quanto ganha um médico para fazer uma consulta.

Eu acho que o tempo do ilustre Parlamentar poderia ser utilizado também para se falar sobre o fechamento temporário, mais um absurdo, do Hospital de Clínicas de Curitiba.

Não se falou uma única palavra sobre este assunto; ninguém debateu este assunto o fechamento do Hospital de Clínicas quando se debatia a demissão de uma senhora médica, de uma determinada cidade do Estado do Paraná. Não se reservou um minuto, pelo menos, falando-se na brilhante classe médica, para se falar sobre os residentes em greve, aqui em Curitiba; os médicos residentes que reclamam os seus direitos. Eu não vi ninguém da ilustre Bancada do PDS, utilizar-se pelo menos de um minuto para falar sobre o assunto.

Eu já abordei desta mesma tribuna, em outra oportunidade, e não vi ninguém se movimentar para falar sobre o jovem que pretende, que sonha, um dia, em curar alguém. Que pretende formar-se médico. Esse jovem passa praticamente toda a sua juventude preso a livros; estuda seis longos anos, e quando ele recebe seu ambicionado diploma, surge-lhe o seu primeiro grande pesadelo. São incoerências que eu não entendo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que não se abordou ontem, naquela meia hora, e não se falou no pesadelo do médico, quando ele recebe o seu diploma, e ele deve fazer a sua residência, dois anos de residência, e às vezes, em muitos dos casos, o jovem médico tem que mendigar até à classe política para conseguir um local para fazer a sua residência.

Ontem falou-se, sentou-se a pua no Governo do PMDB, porque administrativamente demitiu uma senhora médica, acredito eu, das mais distintas, mas repito, deve o governo ter as suas razões e não se falou no pesadelo do médico residente, não se falou, não se debateu, e a Bancada do PDS, que é a Bancada do Governo Federal, do Governo que dirige esta Nação, não falou nem dez segundos pelo menos, na situação que passa o jovem médico residente, após concluir a sua residência. Ele vai mendigar um credenciamento junto ao INAMPS, um credenciamento miserável, que lhe paga dois mil e poucos cruzeiros hoje, para fazer uma consulta médica, quando é sabido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um jovem numa faculdade particular, fazendo Medicina, hoje paga acima de cem mil cruzeiros por mês para fazer o seu curso.

Não se debateu isto aqui, neste Plenário, e eu não entendo sinceramente, este contra-senso. Não se falou, Sr. Presiden-

te, nobres Srs. Deputados, sobre a situação de um médico, que me dizia um dia, omito o seu nome por uma questão de ética, dizia ele ser dono de um hospital muito grande, onde investiu acima de 500 milhões de cruzeiros e ele estava propenso a arrendar esse hospital ou a fechá-lo, porque ele não tem mais condições de continuar tocando esse hospital porque o governo não lhe paga o que ele merece, o que o hospital deveria receber. É justamente o Governo do PDS. É justamente o Governo Central que abandonou tudo neste País, que largou tudo neste País para falar em eleições indiretas, que só pensa em eleições indiretas. E agora pensa em fazer uma eleição simulada entre os membros deste mesmo partido. Entre os Srs. Vereadores, os Srs. Prefeitos, os Srs. Deputados do PDS. São coisas que sinceramente não dá para entender neste mundo político. Assuntos tão importantes, assuntos tão graves como este nós não vemos ninguém se movimentar, nós não vemos a própria, laboriosa, classe médica se movimentar para exigir dos Parlamentares do PDS, ação junto ao seu governo, para que os médicos deixem de mendigar, e passem a ter o respeito que eles efetivamente merecem.

Com muita honra, para todos nós, há alguns Deputados médicos, e eles sabem que estamos dizendo a verdade.

O Sr. **Gabriel Manoel** - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu tenho exatamente um minuto para concluir meu posicionamento Excelência, de modo que peço excusas a Vossa Excelência, se meu tempo permitisse com muito prazer gostaria de ouvir.

Mas, Sr. Presidente eu concluo então, fazendo um apelo aos ilustres Deputados do Governo, transvestidos em oposicionistas, para que quando abordarem um assunto de uma classe, o façam sem tentar atropelar quem quer que seja, o façam com decência, com dignidade, e contarem indiscutivelmente, em agindo desta forma, com todo nosso irrestrito apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião, por dez minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, eu quero registrar, neste Plenário, um artigo de minha autoria sobre o transporte coletivo de Curitiba, publicado no dia de ontem no "Correio de Notícias".

O artigo é o seguinte. (Lê):

"Por uma consequência da economia de escala o transporte coletivo deveria se mais barato para o trabalhador. O trabalhador lota o carro em horários certos, na

ida e na volta ao trabalho. Mais pessoas no mesmo ônibus, com o mesmo combustível, cobrador e motorista. No entanto, em uma cidade como Curitiba, os ônibus rodam cerca de duzentos mil quilômetros por dia, grande parte do tempo quase vazios, e quem paga esta irracionalidade é o trabalhador.

Irracionalidade aparente que se traduz na racional e deliberada exploração do trabalhador para sustentar políticas elitistas de qualidade de vida e a especulação imobiliária. Qualidade de vida suportada por abundante oferta de frequências nas linhas para as pessoas de melhor renda, porém subsidiadas pelo trabalho mal remunerado da maioria pagante do sistema.

No planejamento das cidades o transporte de massa é eficiente indutor de ocupação de áreas. Por via de consequência é a tarifa alta do passageiro comum que sustenta os projetos de desenvolvimento urbano e, ano após ano, subsidia o lucro da especulação que aguarda a valorização dos vazios urbanos.

A irracionalidade é a racionalidade do lucro da empresa de transporte e da especulação imobiliária. Simples, racional e lógica. Lógica? Exploração do trabalho.

Mas se é o trabalhador-passageiro que subsidia a irracionalidade do sistema de transporte, é o trabalhador dos ônibus que assegura gorda fatia do lucro indevido dos empresários.

No momento de calcular o preço das tarifas, os "técnicos liberais" dividem o número de horas rodadas por oito - horário de trabalho diário - e projetam, em fórmulas mágicas, leis sociais, despesas operacionais (em Curitiba oitenta e seis por cento), etc.. Nem ao menos compilam as folhas reais de pagamento, guias do IAPAS e escalas de serviço.

Estas projeções normalmente embutem, de forma disfarçada, lucro indevido para o capital. Mas vejamos como é a realidade:

O Deputado Mário Stam, relator da CPI das tarifas na Câmara dos Deputados, me passa às mãos as conclusões de sua comissão.

"O esbulho se suporta no sistema "do carro direto" e da "dupla pegada". Nos carros diretos, motorista e cobrador chegam a fazer uma jornada escravizante de dezesseis horas de trabalho. O empresário aumenta o lucro porque na folha de pagamento só entram oito horas de trabalho, as demais são pagas pelo sistema de caixa dois, no qual não são descontadas as contribuições do INAMPS e o Fundo de Garantia, prejudicando, no futuro, o trabalhador em sua aposentadoria, nas férias, na saúde e em tudo o que uma jornada estafante deste tipo acarreta, como se o homem fosse uma máquina, sem sentimentos, cansaços ou emoções. Por outro lado, trabalhado além

das oito horas normais, o homem não mantém as condições físicas ideais, pondo em risco vidas humanas.

Já no sistema da dupla pegada o empresário usa a mesma dupla - motorista e cobrador - para trabalhador nas horas de pico. Entram em serviço em torno das cinco horas da manhã e completam uma jornada de quatro horas e meia de trabalho. Após o pico da manhã a dupla se recolhe à garagem e fica a disposição da empresa até o pico da tarde, para completar a jornada de oito horas. Os trabalhadores permanecem à disposição da empresa dezesseis horas, ganhando apenas pelas oito horas trabalhadas."

E há ainda o caso do cobrador que trabalha no ônibus e depois é explorado na bilhetagem dos terminais.

Arre! Cáspite! Atenção Vereadores e Delegado Regional do Trabalho, precisamos checar as condições de trabalho nas empresas de Ônibus de Curitiba."

Afinal, ainda outro dia, um técnico da Prefeitura Municipal de Curitiba, entre gaiato e sorridente, assegurava que as folhas não eram computadas e compiladas na composição das planilhas para não prejudicar os funcionários das empresas.

Vade retro, Satanás. Esse tipo de exploração tem que acabar ao menos na cidade de Curitiba; tem que acabar nos municípios do Paraná, porque o PMDB ganhou essa eleição e não foi para coonestar e consolidar a exploração do trabalho, a exploração dos passageiros, e o trambique interminável da apropriação dos recursos públicos por empresas de Ônibus.

O Prefeito Maurício Fruet não está assumindo na plenitude o compromisso dos palanques de 15 de novembro; os funcionários encarregados dos estudos da planilha têm, manifestamente, uma tendência para proteger o empresário, e esta situação acabará por desgastar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em Curitiba e no Paraná, com sérias influências nas próximas eleições, diante do povo que esperava compromissos mais sérios do Partido que ganhou as eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Gabriel Manoel por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Ferrari Júnior procura transferir para a bancada minoritária nesta Assembléia, a responsabilidade dos estagiários. Vejam bem: nós nada fizemos, mas perguntamos o que fizeram eles? Porque

o Governo tem o IPE, tem os hospitais, tem o IAM, tem a Secretaria de Saúde para acomodar os estagiários. Agora, cantando a musa, o Deputado Ferrari Júnior, sem ter noção, "misturando caçada de tatu com serenata", vem dizer que nós estamos aqui, Senhor Presidente, a bancada a marginalizar os aguerridos futuros médicos. O que fizeram eles? É como dizia bater na minha mãe todo mundo quer, mas agradar meu pai ninguém não quer. Então, nós estamos aqui a olhar babozeiras do Dep. Ferrari Jr, que não leva a nada. Um pronunciamento vazio em que ele procura transferir responsabilidades, que é sua, que é nossa, que é das duas bancadas, e ele nada fez. Eu queria fazer um desafio ao Deputado Ferrari Júnior, para que trouxesse de público o que ele fez até a data deste instante, quatro horas e meia da tarde, desta quinta-feira, pelos homens que ele defendeu. Nada. Zero cortado.

Então é isto, é o vazio. É como dizia o Alencar Furtado: "É misturar caçada de tatu com serenata".

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Gabriel Manoel, inicialmente agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, para expressar a minha opinião, a respeito dos repetidos ataques que tem sido dirigidos por eminentes Deputados do PMDB à nossa bancada, como se nós fôssemos os culpados por tudo o que está acontecendo, e isso me faz lembrar, nobre Deputado, a opinião de um velho conselheiro do interior do Estado.

Ele disse o seguinte uma vez: "Olha Deputado, hoje o PMDB ganhou no Paraná e o Governo Federal e o PDS serão responsabilizados por tudo que de mal acontece. No dia em que o PMDB ganhar o Governo Federal, aí se encontrará alguém na Nação responsável por tudo o que está acontecendo no Brasil".

Ora, é hora de assumir. O PMDB é Governo no Estado do Paraná. É hora de fazer valer os poderes que foram conferidos, porque nos palanques em 15 de novembro de 1982, os prezados candidatos do PMDB mostraram ao povo uma situação muito colorida no futuro, e agora é momento de fazer o quadro aparecer.

Não estamos mais em época pré-eleitoral. Estamos em época de execução de promessas e de planos que foram apresentados. O SR. GABRIEL MANOEL - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e queria dizer ao Deputado Ferrari Júnior, mais uma vez, que ele misturou "alhos com bugalhos". Por uma exoperação de uma médica que tem o aval de Palmas, ele nos ataca, ele nos hostiliza, ele nos põe à execração pública, no vazio. Não trouxe nada, não fez nada. Que fez ele pelos médicos futuros? O

que fez ele e o que está fazendo o Partido dele para que se amenize, para que se dê estrutura para essa plêiade de jovens que não quer outra coisa, a não ser trabalhar pelo Paraná e por sua gente? Chega!

Cessa, como dizia Camões. Cessa, Deputado Ferrari Júnior, essa demagogia barata. Cessa! Porque o povo do Paraná já está saturado. Vossa Excelência vem à tribuna para dizer baboseira, que diz Vossa Excelência pelos médicos residentes. Nada! Zero cortado.

O Sr. Augusto Carneiro - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço nobre Deputado, repetindo o que já frisou o Deputado Ezequias Losso, o combativo Deputado Gabriel Manoel. Porque Vossa Excelência quando o eminente Deputado Ferrari Júnior ocupava a tribuna, Vossa Excelência já manifestou aqui, dentro da impaciência que lhe é peculiar, quando houve palavras que não coadunam com o pensamento de Vossa Excelência, a vontade de apartear e, por isso, solicitou esses minutos do Horário da Liderança.

Verdadeiramente, nesta tarde, o Deputado Ferrari Júnior touxe aqui uma inovação nesta Casa, tentando fazer com que os eminentes deputados e principalmente a Bancada da Minoria, fale aquilo que a bancada majoritária ou, especialmente, que determinados Deputados querem que fale. Quando o Líder da nossa Bancada usando o Horário da Liderança e, conseqüentemente, o seu horário, faz uma denúncia de um ato que julgou ilegal, incorreto, praticado por parte do Governo, eu não vejo nada de mais de que esse horário foi mal usado.

Nós estamos aqui, exatamente, para denunciar aquilo que entendemos de atos que não são justos. É obrigação não só, da bancada nossa, oposicionista, como de todos os Srs. Deputados. E eu vejo de que quando Vossa Excelência está ocupando a tribuna para refutar essa colocação do eminente Deputado Ferrari Júnior, faz com muita propriedade, porque todos os Deputados têm pelo Regimento Interno e pelo direito do seu mandato, liberdade de uso da palavra daquilo que bem entenderem - desde que não fira os princípios regimentais desta Casa. E a grande verdade é de que a Bancada Situcionista fica um pouco perdida no exercício entre ser Oposição e ser Situação. E ser situação, principalmente, de um governo que no meu entendimento, também está, irremediavelmente perdido, na sua direção. E a prova disso não vai apenas na minha palavra, a prova disso, está, no depoimento e na palavra do eminente Deputado Requião que ocupou a tribuna ainda no Horário da Liderança, e fez uma afirmação de que a Prefeitura de Curitiba não está seguindo o programa que se propôs o Partido a que eles pertencem. E isto é inegável.

O Paraná inteiro sabe disso. O povo do Paraná sabe disso e saberá julgar também os atos daqueles que fazem promessas e não as cumprem, apregoando um programa de atuação, de uma melhora de vida para o povo e que, de posse dos cargos fazem exatamente o contrário.

Então, fica este alerta registrado no depoimento e na palavra de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Então, o Deputado Ferrari Júnior perdeu uma oportunidade enorme, elegante de se calar. Porque "falar é prata e calar é ouro". Ele devia ficar quieto porque não tem nada a oferecer. O que ele fez, Sr. Presidente, para amenizar a perseguição em Palmas? Que fez ele, sr. Presidente, para amenizar a situação dos futuros médicos paraanaenses? Nada! Não fez nada e nada!

Dentro das limitações que têm a Bancada Minoritária nesta Assembléia, nós só dizemos uma coisa: falamos a verdade. Mentira, demagogia, nunca. O Deputado Ferrari Júnior demagogicamente veio procurar ser simpático à classe honrosa, laboriosa dos futuros médicos paranistas. Mas eu pergunto, eles estão com a faca e o queijo na mão, por que não fazem alguma coisa?

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Vossa Excelência está com a palavra por mais cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, completando o meu raciocínio.

O Deputado Ferrari Júnior foi infeliz, infeliz mesmo, porque é preferível calar do que fala baboseira. É preferível calar do que "tapar o sol com a peneira", Deputado Ferrari Júnior. Vossa Excelência Deputado Ferrari Júnior, veio à Assembléia para falar bobagem e o nosso povo está saturado. Misturou "alhos com bugalho"; misturou a exoneração de uma pessoa que trabalhava diuturnamente em benefício de sua terra e de sua gente. Por que Vossas Excelências não fizeram nada? Por que não acertam a situação dos residentes?

Por que nós, das duas bancadas conjugadas, não vamos estudar essa situação que Vossas Excelências não têm competência para fazer? Vossas Excelências deviam, por falta de competência, recorrer à Bancada da Minoria, para que nós, unidos, possamos trabalhar em benefício do Paraná, para que não se ouça e para que a bancada de Vossas Excelências não faça ouvidos moucos, como transferir ao nosso líder o que é responsabilidade dos homens do Governo, dos homens que ganham as eleições.

Que dizer dos 45% do aumento da água? Que dizer da barbaridade do Sr. Governador dizer que não tem competência para este estado de coisas?

Vossas Excelências estão defendendo o indefensável. Vossas Excelências não querem nada a não ser tumultuar. Vossas Excelências têm que saber, o povo do Paraná tem que ser respeitado. Hoje o Deputado Ferrari Júnior faltou com os residentes, futuros médicos, porque a solução está na digna Bancada Situacionista. Deputado Manfrinato, eu queria que Vossa Excelência...

O Sr. Ferrari Júnior - Eu estou aguardando nobre Deputado Gabriel Manoel, a vossa gentileza de me conceder um aparte para que nós possamos dialogar.

O SR. GABRIEL MANOEL - Se o tempo der para eu completar o meu raciocínio eu lhe darei o aparte com toda a satisfação.

Eu encerro, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Paraná assiste estarrecido o rumo que se pretende dar ao escândalo dos dólares. O Governador, do alto de sua prepotência decide pôr uma pá de cal, querendo sepultar o episódio. Nada de punição aos responsáveis. Para ele pouco importa se quatro bilhões de cruzeiros foram subtraídos dos cofres públicos, vale dizer, do povo paranaense.

Dito assim, quatro bilhões parece pouco. Mas dá para pagar o salário mínimo de 1.000 trabalhadores durante quatro anos, ou o salário mínimo de um, ao longo de quatro mil anos.

Para o Governador isso é pouco. Chorosamente demite o causador de ato tão profundamente lesivo ao Estado.

O dinheiro não é dele. É do povo, e o povo que se arrume, que trabalhe mais, que produza mais para pagar mais taxas, mais impostos para tapar rombos como o rombo do DETRAN, para financiar a rapinagem que a tudo devora.

Essa é a bela justiça do Senhor José Richa. Essa é a moralização administrativa do Estado. Essa é a austeridade que implantaram no Paraná. E nada se pode falar sobre conduta que nos envergonha, a todos. Aqui, a impunidade; aqui, os homens que causaram prejuízos, impunes, escamoteiam e se locupletam e a Justiça não os alcança: é cega, incapaz de ver o que é tão claro, inerte porque não é acionada.

Isto acontece aqui, muito diferente do que ocorre em minha região; aqui se lesa o Tesouro em bilhões e bilhões, e o Senhor Governador acha que tudo fica acertado com a demissão do denunciante e a concessão de

um verdadeiro prêmio ao omissor, ao negligente, ao inexperiente e ao imprudente que, por isso, sangrou os cofres do Estado em mais de quatro bilhões.

Eu pergunto: que tamanho crime, que crime monstruoso cometeram os que se reuniam partidariamente no curso de uma campanha eleitoral? Arrombaram porventura o cofre do Tesouro para dele subtrair quatro bilhões?

Não apenas empenhavam-se numa disputa eleitoral. E aí o PMDB enxerga um crime inominável. E denuncia e exige que a justiça proceda à punição.

Vê em reuniões político-partidárias bárbaro crime, mas se põe de múmia quando ele mesmo promove, aqui mesmo nesta Casa, promove encontro político dos jovens da agremiação, procedendo inclusive a eleição da nova diretoria do setor jovem do PMDB do Paraná.

Então, é este o foro ideal para tal reunião? E denunciam - o Juiz de Direito Eleitoral de Francisco Beltrão - que o PDS reunia-se entre a segunda quinzena de outubro e o dia 14 de novembro fora da sede do Partido, em Francisco Beltrão, como se reunião fora da sede do Partido, em Francisco Beltrão fosse crime, da mesma forma que crime teria sido praticado pelos jovens peemedebistas que fizeram a sua convenção estadual neste próprio, neste local.

O Excelentíssimo Senhor Juiz da Comarca de Francisco Beltrão se apressa em acolher a denúncia partida do PMDB, e não procede da mesma forma com as denúncias oferecidas pelo PDS.

Acolhe a denúncia, intempestivamente, quando estava impedido de fazê-lo, conforme a brilhante defesa do advogado dos denunciados, por ter, no exercício da jurisdição preparatória da ação penal, colhido depoimentos ou declarações, o que configurava impedimento para prosseguir nos demais estádios da jurisdição, que da instrução penal quer a de julgamento.

Peço vênica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ler aqui alguns tópicos da magistral peça de defesa oferecida por esse grande jurista paranaense, René Ariel Dotti.

Na sua argumentação, aplaude as boas intenções da Justiça ressaltando a necessidade do controle jurisdicional de toda e qualquer atividade humana e social, como consequência inarredável do Estado Social e democrático do Direito. Ao mesmo tempo, sublinha a esperança nos destinos do nosso País, do nosso Estado e das cidades onde vivemos, através do exercício da ciência política em harmonia com os princípios constitucionais assinados para a vida e os altos objetivos das agremiações políticas.

- Não obstante - diz ele, as dificul-

dades que a prática da democracia e as liberdades e os direitos inerentes às atividades político-partidárias estão sofrendo no tempo a transição dos dias presentes, não resta dúvida que o grande rumo para a salvação nacional está no efetivo e livre exercício da vocação e dos objetivos da política, e continua:

"É provável que em tempo muito breve possamos ver e admirar a prática dos partidos política isenta de pressões ilegítimas como tem sido freqüente nos últimos lustros da recente História brasileira. E assim, ver em letra de forma de um texto constitucional, a missão as agremiações partidárias bem claras - citando o que diz a Carta Política de Portugal: "Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política"."

E adverte René Dotti: "A prosperar a denúncia, a se condenarem os réus (ou mesmo qualquer um deles) a presente ação passaria para a História negra do Município de Francisco Beltrão como uma nova matança de S. Bartolomeu, quando, sob o comando do Cláudio Marcel, os bandos armados alvorçaram o domingo de 24 de agosto de 1572, no massacre geral dos protestantes, segundo ordem do Rei Carlos IX."

São trechos esparsos que colhi dessa magnífica peça de defesa, uma belíssima lição de Direito que é enfática ao assinalar que a impressão colhida pela grande comunidade de Francisco Beltrão e de observadores de outras regiões de nosso Estado é a de que o partido da oposição, o PDS, está sofrendo, como um todo, a perseguição dos vencedores nas urnas e que forças ilegítimas estariam contribuindo para a dizimação política e institucional de um partido, por um fato que, além de se penalmente atípico, jamais causaria, na opinião pública, tamanha reprovação para autorizar a formação de um procedimento criminal, cuja prova foi produzida pelo litigante adverso e em nome e no interesse do qual estaria a Polícia Judiciária a serviço.

E para concluir, por não existir qualquer crime na conduta dos réus, pede a rejeição da denúncia, para que a progressista cidade de Francisco Beltrão não se transforme em praça de guerra política e ideológica a formar novas expedições do radicalismo e dos ódios; para que o presente processo criminal não se transforme, na histórica dos costumes políticos de nosso Estado, no arcabuz utilizado das janelas do poder.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que belíssima lição de direito que retempera a nossa fé! Justiça há de ser feita. Justiça para se conter os arroubos sa-

nhuços dos que, cegamente, a tudo querem destruir, aniquilar adversários como se mortais inimigos fossem, não deixar pedra sobre pedra, conforme o manifesto desejo de quem hoje temos, por infelicidade de todos, a dirigir a administração deste Estado.

Não é a utilização desse ou daquele local para a realização de reuniões políticas a causa da nossa desgraça. Quem, em sua consciência, iria pretender que cada um dos partidos políticos constituíssem locais reservados para tais tipos de reuniões em todas as cidades?

Não faz o Governo seu proselitismo político utilizando-se de recintos públicos? Não, crime aí não há. Não, Paraná, o que o braço da Justiça precisa alcançar são eses que lesam o Estado, que se comprazem nos festins dos dólares, que debocham do povo saciando seus apetites vorazes, incontroláveis.

Está sobejamente demonstrado na defesa de René Dotti que crime não houve, se pudesse haver em se reunirem membros do partido para atingirem os seus fins.

Crime é essa pouca vergonha que se pratica transformando a coisa pública em coisa própria. Aí é que cabe prevalecer a Justiça, para que os comprovadamente culpados venham a expiar suas penas.

O processo de Francisco Beltrão, como tantos outros episódios, é a cortina de fumaça para encobrir o absurdo destempero dessa caótica administração que nos vai arrasar a todos, consumindo a tudo nas chamas de sua cobiça"

E para concluir,, por não existir qualquer crime na conduta dos réus, pede a rejeição da denúncia, para que a progressista cidade de Francisco Beltrão não se transforme em praça política e ideológica a formar novas expedições do radicalismo e dos ódios para que o presente processo criminal não se transforme na história dos costumes políticos do nosso Estado, no arcabuz utilizado das janelas do Poder.

Era o depoimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que julguei ser do meu dever trazer ao conhecimento desta Casa, ao tempo em que faço apelo ao Poder Judiciário do meu Estado, no sentido de que se estabeleça, naquela Comarca de Francisco Beltrão, a igualdade e a insonomia entre todos os Partidos políticos, fato que no presente não está sendo atendido, seja pela ação do Senhor Promotor de Justiça....

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ...do Senhor Promotor de Justiça ou do Meretíssimo juiz Eleitoral daquela cidade.

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O **Sr. Dirceu Manfrinato**- Agradeço a Vossa Excelência.

Mas, nobre Deputado, quando Vossa Excelência assume esta tribuna, neste Poder Legislativo, Vossa Excelência critica o PMDB, Vossa Excelência critica o grande Governador José Richa que vem demonstrando ao Estado do Paraná, o seu Governo de austeridade, o seu Governo sincero, comprometido simplesmente com o povo paranaense.

Mas eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, que este exemplo não está apenas no Estado do Paraná. Vossa Excelência como Líder da Bancada do PDS que é, que não sei qual foi o julgamento que Vossa Excelência obteve, eu lhe pergunto, nobre Líder, essa insatisfação contra o PDS não é só no Paraná, ela é no Brasil inteiro!

Está aí, nobre Deputado, o exemplo que tivemos, recentemente na cidade de Santos, quando o seu Governo Federal, procurando tirar o direito de justiça do povo brasileiro, a escolher o seu representante, através do voto secreto e direto, e quando Santos teve a sua abertura, para que tivesse condição de escolher realmente o seu Prefeito, através do voto popular, Vossa Excelência tem conhecimento, nobre Deputado, o PMDB fez 61% da votação, enquanto seu partido, fez apenas 16%. Esta aí, realmente a insatisfação popular, não é só nesse Estado, em todos os Estados brasileiros.

É por isso que Vossa Excelência, talvez, vendo o quadro, o partido a que Vossa Excelência pertence, que é a única forma que Vossa Excelência procura é atingir a imagem de um Governador que ficará marcado na História do Paraná pelo seu respeito com aqueles que nele confiaram em 15 de novembro de 1982.

Então é isso, meu grande Deputado, pelo qual, acima de tudo, tenho um grande respeito, mas Vossa Excelência haverá de conscientizar, quando já era para estar conscientizado da grande administração do Governo José Richa.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato...

O **Sr. Dirceu Manfrinato**- Só retificando, nobre Deputado, houve um erro de cálculo, o PDS ...

O SR. PRESIDENTE (**Trajano bastos**)- A Mesa comunica ao orador que está na tribuna, que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Rapidamente, Deputado, um minuto dá para concluir, e responder.

Vossa Excelência hoje, travestiu-se de cientista político e considerou o Governador José Richa como um grande Governador. Talvez Vossa Excelência considere o Governador José Richa, porque ele deve medir entre 1,75 a 1,80m de altura...

O **Sr. Dirceu Manfrinato**- Não só eu, o povo do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas, Vossa Excelência está considerando, e Vossa Excelência está falando, talvez Vossa Excelência considere o Governador José Richa como um grande Governador porque ele tem de 1,75 a 1,80 m., ou talvez ...

O **Sr. Dirceu Manfrinato**- São as pesquisas, Deputado, as pesquisas estão aí.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ...ou talvez Vossa Excelência considere o Governador um grande Governador porque ele é um homem incorporado, forte...

O **Sr. Dirceu Manfrinato**- Eu não estou dizendo no aspecto físico, mas no aspecto honesto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... e eu diria a Vossa Excelência que melhor que o Governador é o Deputado Anibal Khury.

Muito obrigado. (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Senhoras e Senhores Deputados. (*Lê*):

"É com júbilo que lançamos, hoje, o programa comemorativo dos 130 anos de instalação do Poder Legislativo no Paraná.

Desde a sessão preparatória de 12 de julho, e a sessão de instalação de 15 de julho de 1854, a Assembléia da então Província do Paraná percorreu um longo caminho.

Também, desde a aprovação de sua Lei n.º 1- que definiu a cidade de Curitiba como Capital da nova Província até nossos dias, há uma sucessão de diplomas legais regulando a vida e as atividades da gente paranaense.

Esses e outros fatos constituem à memória legislativa paranaense, que cumpre-nos preservar.

Porque o passado está registrado de forma independente de nosso querer. Os povos sábios aprendem em seu passado, a buscar o caminho da perfeição, a evoluir no sentido do bem comum.

Outro sentido não tem o programa de comemorações dos 130 anos do Poder Legislativo no Paraná.

Ao ensejo da passagem dos 130 anos de instalação do Poder Legislativo Paranaense, é oportuno enfatizar a interligação entre Legislativo e Paranismo.

Quantas vezes o Poder Legislativo não se alçou na defesa dos valores fundamentais de nossa terra e nossa gente, no exercício de sua função de representação política?

Questões sociais que a história mostrou serem prioritárias foram levantadas, pela primeira vez, desta tribuna parlamentar. Mais recentemente, com um programa sistemático de intervenções sobre a realidade social, estamos procurando abrir o parlamento à sociedade, conscientes de que esta é a melhor maneira de fortalecê-lo;

Quando assumimos a presidência desta Casa de Leis, em fevereiro de 1983, firmamos a posição de não ficarmos alheios aos fatos sociais, mas envolvendo-nos profundamente na realidade paranaense.

Abordando as questões simultaneamente como homens de pensamento e homens de ação, que o são também os representantes do povo.

Por isso, o Programa de comemoração dos 130 anos do Poder Legislativo no Paraná foi articulado em função de dados da pesquisa histórica deste quase século e meio.

Ele prevê a reedição ampliada da obra da Professora Maria Nicholas, sobre "130 anos de vida parlamentar no Paraná" e outros documentos pertinentes.

Também já foi lançado um concurso de monografias, com seis temas que procuram destacar a contribuição do Poder Legislativo para a história e a sociedade do Paraná, com premiações de alto nível.

Um carimbo postal evocativo será lançado pelos correios no próximo mês de julho.

Instituições e entidades estão programando homenagens a este Poder Legislativo, como a exposição retrospectiva que será aberta no Salão do BADEP no início de agosto.

Ainda em agosto terá lugar o ponto alto das festividades, com o transcurso da semana dos "130 anos", quando serão homenageadas aquelas figuras paranaenses que ao longo de sua existência prestaram assinalados serviços ao Poder Legislativo.

Senhores, estamos seguros de que fortalecer o Poder Legislativo significa consolidar a democracia, base da liberdade do homem.

Portanto, conclamamos a todos, Deputados, Servidores, Autoridades e Líderes da Comunidade Paranaense para juntos contribuímos para o sucesso da Programação ora lançada.

Em Decreto Legislativo, proclamamos ainda, 1984 como dedicado aos 130 anos do

Poder Legislativo no Paraná.

Muito Obrigado".

DECRETO LEGISLATIVO N.º 105/84

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

Art.1.º - Fica instituído o ciclo de comemorações alusivas aos 130 anos de Instalação do Poder Legislativo no Paraná, que se estenderá até 31 de dezembro de 1984.

Art.2.º - A Diretoria Geral da Secretaria desta Assembléia adotará, sob supervisão da Comissão Executiva, as medidas necessárias para assinalar condignamente o transcurso do evento.

Art.3.º - A partir da data deste Decreto e até 31 de dezembro de 1984, os documentos oficiais da Assembléia Legislativa registrarão a expressão **130 anos do Poder Legislativo no Paraná**.

Art.4.º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 30 de maio de 1984.

(aa) TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Presidente

GERNOTE GILBERTO KIRINUS

1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN

2.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 31/84

e 87/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei n.ºs 31/84 e 87/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima **Aprovado.**

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 31/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 84/84), que objetiva fazer constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do artigo 12, da Lei n.º 6.636, de 29.11.74, na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 87/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 01/84), que altera dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08.01.80, (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de quatorze (14), nos seguintes termos:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI N.º 87/84

EMENDA N.º 01

O Art. 7.º do Projeto de Lei n.º 87/84 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º - Instaladas as comarcas de piraquara e Rio Branco do Sul, a delimitação territorial das 3.^a, 4.^a e 9.^a Circunscrições Imobiliárias de Curitiba, passará a ser a seguinte:

3.^a Circunscrição Imobiliária - inicia no cruzamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, com a Rua XV de Novembro, seguindo por esta rumo leste, até encontrar a Rua Francisco Torres, seguindo por esta até a Avenida Afonso Camargo, e por esta até encontrar a BR-116, seguindo por este até o cruzamento com a BR-277 e por esta em direção à Paranaguá até encontrar o Rio Atuba e subindo por este até o prolongamento da Avenida Afonso Camargo e por esta, em direção ao centro da cidade até o cruzamento com a Rua Professor Nivaldo Braga, e por esta até encontrar o Córrego Capão da Imbuia e por este até a Avenida Victor Ferreira do Amaral e por esta até o Rio Bacacheri, seguindo por este rumo norte, até encontrar a Rua Edgard Stelfeld seguindo por esta até a BR-116, e por esta até o cruzamento com a Rua Fagundes Varella, seguindo por esta até o seu prolongamento, Rua Augusto Stresser até o cruza-

mento com a Rua Augusto Severo, seguindo por esta até a Avenida João Gualberto, e por esta rumo ao centro da cidade até a praça Dezenove de Dezembro à qual contorna pela face norte até a Barão do Cêro Azul e por esta até a Praça Tiradentes, e por esta segue até a Rua Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida e por esta até a Rua XV de Novembro, respeitadas as divisas das circunscrições confrontantes;

4.^a Circunscrição Imobiliária: partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Rua Marechal Floriano Peixoto,, segue por esta rumo a Rua Marechal Deodoro e por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta segue até encontrar a Rua José Loureiro até encontrar a Rua Barão do Rio Branco, desce por esta até encontrar a Avenida Sete de Setembro e por esta até a Rua João Negrão, desce até encontrar a Rua Baltazar Carrasco dos Reis e por esta até encontrar a Rua Reinaldo Machado até encontrar o prolongamento da Rua Chile e por esta até encontrar a Avenida Comendador Franco e por esta até encontrar a BR-116 e por esta até encontrar o Rio Belém e por este até a Avenida Major Fabriciano do Rêgo Barros e por esta até a Rua Marechal Floriano Peixoto e por esta até encontrar a Avenida Vereador Antônio Carnasciali e por esta até a Rua Paulo Setubal e por esta até encontrar a Estrada Velha de São José dos Pinhais e por esta até encontrar o Rio Iguazu e por este até encontrar a BR-277 seguindo por esta até encontrar a BR-116 e por esta até o cruzamento com a Avenida Afonso Camargo e por esta rumo ao centro da cidade até a Rua Francisco Torres pela qual segue até a Rua XV de Novembro, e por esta rumo Oeste até o ponto de partida, respeitando as divisas com os ofícios confrontantes;

9.^a Circunscrição Imobiliária: compreende os Distritos Judiciários de Barreirinha e Santa Felicidade e os Bairros Altos e parte do Capão da Imbuia, tendo estes as seguintes delimitações territoriais: partindo do cruzamento da BR-116 com a Avenida Edgard Stelfeld, seguindo por esta até encontrar o Rio Bacacheri e por este até encontrar a Avenida Victor Ferreira do Amaral e por esta seguindo até encontrar o Córrego Capão da Imbuia, descendo por este até encontrar a Rua professor Nivaldo Braga, seguindo por esta até encontrar o prolongamento da Avenida Afonso Camargo, seguindo por esta até o limite do município de Curitiba até encontrar o Rio Atuba (retificado), subindo por este rumo Norte até encontrar a BR-116, seguindo por esta rumo Oeste até encontrar o Trêvo do Atuba, contornando-o pela face Sul, seguindo por essa mesma rodovia até o ponto de partida, no

cruzamento da BR-116 com a Avenida Edgard Stelfeld, respeitadas as divisas com a 2.^a e 3.^a Circunscrições.

O Distrito Judiciário da Barreirinha passa a ter as seguintes delimitações territoriais: partindo do cruzamento das Avenidas Anita Garibaldi e João Gualberto, seguindo por esta até o seu prolongamento Avenida Paraná, seguindo por esta até encontrar a Estrada de Colombo, seguindo por esta até o Rio Atuba, deste ponto subindo por este rio e contornando o Município de Curitiba em sua divisa Norte, seguindo até encontrar o prolongamento da Avenida Anita Garibaldi, e por esta rumo ao centro da cidade até o cruzamento com o início da Avenida João Gualberto, ponto de partida".

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, ANTÔNIO ANNIBELLI, SÉRGIO SPADA, MÁRCIO ALMEIDA, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, PAULO FURIATTI, MÁRIO PEREIRA, ORLANDO PESSUTI, NESTOR BAPTISTA, NELSON VASCONCELLOS, IVAN GUBERT, SABINO CAMPOS, TADEU FRANÇA, FERRARI JÚNIOR, DIRCEU MANFRINATO, RUBENS BUENO, ACIR MEZZADRI, CAÍTO QUINTANA, GERNOTE KIRINUS, AMÉLIA HRUSCHKA, GABRIEL MANOEL, HOMERO OGUIDO, HERMAS BRANDÃO, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO e ADHAIL SPRENGER PASSOS.

EMENDA N.º 02

Inclua-se onde couber:

Art. O inciso II, do Art. 251, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, passa a ter a redação seguinte:

"II - No FORO EXTRA-JUDICIAL:

- a) 1.º Tabelião de Notas;
- b) 2.º Tabelião de Notas;
- c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os Ofícios de Protestos e de Títulos e Documentos".

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamento: Toguio Setogutte, Jorge Maia Filho, Tadeu Lúcio Machado e Artagão Mattos Leão.

EMENDA N.º 03

1) No Art. 1.º, ao se alterar dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980

incluam-se as seguintes alterações:

.....

31- COLOMBO : compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraituba (Município de Colombo) e Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);

.....

.....

103 - RIO BRANCO DO SUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul);

2 - O item II, do Art. 3.º, passa a ter a seguinte redação:

II - Rio Branco do Sul: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul).

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) ACIR MEZZADRI

APOIAMENTO: Roberto Requião, Tadeu Lúcio Machado, Dirceu Manfrinato e Ferrari Júnior.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 04

A redação do Projeto de Lei n.º 87/84, passa a incorporar as seguintes alterações:

"Altera dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado), conforme especifica".

Art. 1.º -

Art. 211 - As comarcas e seus distritos são os seguintes:

.....

.....

.....

31) COLOMBO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraituba (Município de Colombo), de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);

.....

.....

.....

103) RIO BRANCO DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul);

.....

.....

.....

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) DONATO GULIN

APOIAMENTO: Antonio Belinati, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso e Tuguio Setogutte.

EMENDA ADITIVA N.º 05

Inclua-se onde couber:

Art. - Ficam criadas as Comarcas de Campina da Lagoa, Mamborê e Terra Boa, a serem instaladas nas sedes dos municípios do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) RUBENS BUENO

APOIAMENTO: Roberto Requião, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury e Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

Sempre foi clamor de toda a população,

momento das classes menos favorecidas, a celeridade das causas judiciais.

Por outro lado, a OAB, órgãos de classe, o comércio e a indústria, em uníssono, reclamam a instalação de novas Comarcas, vez que, tanto demandantes como demandados, sofrem as consequências de uma justiça morosa.

Sentindo o problema de perto, o próprio Ministro da Desburocratização apresentou projeto de lei, criando o juizado de pequenas causas, idéia absorvida pelo nosso eminente Governador José Richa, que preocupado com a referida morosidade, demonstrou entusiasmo na criação de tal órgão em nosso Estado.

De nada valeriam tais benesses, com a manutenção de um pequeno número de Comarcas em funcionamento, para atender a tão grande número de concidadãos que têm o infortúnio de necessitar litigar em juízo.

Isto posto, somos de opinião favorável à criação de tais Comarcas, que viriam desafogar grandemente os feitos judiciais das atuais sedes.

EMENDA N.º 06

O item 112, constante do artigo 211, do artigo 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º -

Art. 211 -

1)

.....

.....

.....

112) SÃO JOÃO DO IVAÍ - compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ubaúna e Godoy Moreira (Município de São João do Ivaí) e Lunardelli, município do mesmo nome).

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

APOIAMENTO: Anibal Khury, Amélia Hruschka, Irondi Pugliesi, Roberto Requião, Dirceu Manfrinato e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda ao Projeto de Lei n.º 87/84, tem por finalidade estabelecer como Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Godoy Moreira no Município de São João do Ivaí, tendo em vista que aquela localidade pelas suas atuais condições está a exigir que os serviços judiciais ali sejam estabelecidos, com um número aproximado de 300 (trezentas) casas residenciais, rede de água da SANEPAR, estabelecimento escolar de primeiro grau, e em fase de criação do segundo grau, mini-posto de saúde, hospital, médico, dentista, estabelecimentos comerciais tais como armazéns, açougues, farmácias, oficinas, pani-

ficadora, escritório e armazém da Cooperativa Agrícola - COPIVA, e com uma população urbana que ultrapassa aos 1.000 (mil) habitantes, e uma população rural com mais de 12.000 (doze mil) habitantes e a mais de 20 (vinte) quilômetros da sede do município, o que causa uma série de problemas para aquela laboriosa população.

EMENDA ADITIVA N.º 07

Emenda ao n.º 127 do Art. 211 da Lei n.º 7.297, de 08/01/80. (Código de Organização Judiciária do Estado).

Art. 1.º -

"Art. 211 - As Comarcas e seus distritos são os seguintes:

.....

127) UBIRATÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubiratã), de Campina da Lagoa, Bela Vista do Piquiri, Herveira e Salles de Oliveira (Município de Campina da Lagoa), de Nova Cantu, Geremias Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu).

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

APOIAMENTO: Werner Wanderer, Tuguio Setogutte, Anibal Khury, Nelson Buffara e Fiori Luiz.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 08

A redação do Projeto de Lei n.º 87/84, passa a incorporar as seguintes alterações:

"Altera dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado), conforme especifica".

Art. 1.º -

Art. 211 - As comarcas e seus distritos são os seguintes:

.....

.....

49) GUARAPUAVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquinho, Pinhalzinho, Campina do Simão, Goioxim, Santa Galo, Paz, Carro Quebrado, Turvo, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guarã e Jordão (Município de Guarapuava), de Pinhão, Rondinha, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

.....

.....

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) DONATO GULIN

APOIAMENTO: Antônio Belinati, Ezequias Losso, Tuguio Setogutte e Gilberto Carvalho.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 09

Ao artigo 211, n.º 70, da Lei n.º 7.297,

de 09/01/80 (Código de Organização Judiciárias do Estado).

EMENDA

O artigo 211, em seu número 70, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 211 -
.....
.....

"70 - MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes, Quatro Pontes, Entre Rios, Iguaporã, Novo Horizonte, São Roque, Novo Três Passos (Município de Marechal Cândido Rondon).

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) WERNER WANDERER

APOIAMENTO: Augusto Carneiro, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso e Odeni Mongruel.

EMENDA N.º 10

I - Inclua-se no Art. 1.º o seguinte:

Art. 1.º -

Art. 209 -

I -

II -

III - De Entrância Inicial: 1)

GUARATUBA;

Art. 210 -

50) Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Piraquara e Guaratuba;

Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:

.....

.....

- GUARATUBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca e Araraquara;

II - Inclua-se no Art. 3.º o seguinte:

III - Guaratuba: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca e Araraquara.

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

NESTOR BAPTISTA

APOIAMENTO: Acir Mezzadri, Sabino Campos, Gabriel Manoel, Anibal Khury, Antonio Belinati e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba, um dos municípios paranaenses que por se encontrar na orla litorânea possui uma população fixa bastante significativa, além de uma população flutuante que, durante todo o ano se eleva a dezenas de milhares de pessoas, inexplicavelmente ainda é um Distrito Judiciário da Comarca de São José dos Pinhais, cuja sede, por estrada, dista de mais de 100 quilômetros.

Considerando o grande afluxo de veranistas que para lá se dirigem em diversas épocas do ano, tem um comércio florescente

e uma exploração imobiliária das terras ao redor, que provocam um grande movimento financeiro, com as conseqüentes pendências a serem dirimidas pela justiça.

Por outro lado, em todos os municípios litorâneos se tem notado um franco desenvolvimento da construção civil, apesar da fase de incontestável recessão porque atravessa a o País.

Nestas condições, queremos crer que se trata das medidas mais oportunas e sua elevação a Comarca, objetivo da presente emenda, para a qual contamos com o indispensável apoio dos nossos nobres companheiros com assento desta Casa.

EMENDA N.º 11

Inclua-se onde couber o seguinte art.:

"Art. ... - Fica criada na Comarca de Goio-Erê a 2.ª Vara Cível e Criminal".

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

APOIAMENTO: Roberto Requião, Sabino Campos, Antônio Belinati, Hermas Brandão e Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo que Goio-Erê, vem se ressentindo da necessidade de instalação de uma nova Vara Cível e Criminal, pois com a fase de acelerado desenvolvimento porque atravessa a região acarreta, indubitavelmente, um aumento nas atividades sociais e comerciais, fato que se reflete no crescente número de causas que são ajuizadas na região.

Assim, a medida que ora propomos, além de desafogar os trabalhos, de há muito congestionados da Vara existente, virá proporcionar uma agilização na aplicação da justiça em toda a Comarca, fato que reflete um dos dos mais justos anseis de qualquer grupo populacional.

EMENDA N.º 12

I - Inclua-se no Art. 1.º o seguinte:

"Art. 1.º -

"Art. 211 - As Comarcas e os seus Distritos serão os seguintes:

46) GOIO-ERÊ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiã, Paraná do Oeste, Rancho Alegre e Quarto Centenário (Município de Goio-Erê) e de Moreira Salles (Município do mesmo nome);

II - Inclua-se no Art. 4.º o seguinte parágrafo:

§ ... - Fica criado no Município e Comarca de Goio-Erê, o Distrito Judiciário de Rancho Alegre, com delimitação territorial do Distrito Administrativo previsto em lei.

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

APOIAMENTO: Roberto Requião, Acir Mezzadri, Sabino Campos e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Rancho Alegre, no Município de Goio-Erê, já de há muito vem se fazendo merecedor de sua elevação também a Distrito Judiciário. O aumento da população e o acentuado progresso de toda região, são motivos que, por si só, justificam a pretensão que ora pretendemos transformar em realidade.

Nestas condições, para que sejam satisfeitas as justas aspirações de uma considerável parcela da população de um dos mais prestigiosos municípios paranaenses, contamos com o indispensável apoioamento à emenda que ora apresentamos.

EMENDA N.º 13

Os itens 1, 70, 106 e 116, constantes do Art. 211, do Art. 1.º do Projeto de Lei n.º 87/84, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º -

Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:

1) ALTÔNIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Jorge do Patrocínio (município do mesmo nome).

.....

70) MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes, Quatro Pontos e entre Rios (Município de Marechal Cândido Rondon).

.....

106) SANTA HELENA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Clemente e São José (Município de Santa Helena).

.....

116) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aparecidinha D'Oeste e Aurora do Iguaçu (Município de São Miguel do Iguaçu)".

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(a) GERNOTE KIRINUS

APOIAMENTO: Acir Mezzadri, Mário Pereira, Hermas Brandão e Paulo Furiati.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 14

O parágrafo único do art. 5.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º -

Parágrafo único - Aos titulares das Escrivanias, de que trata este artigo, fica assegurado o direito de opção, por qualquer dos ofícios criados no foro extrajudicial, pelo prazo de 20 (vinte) dias a partir da vigência desta lei, direito que lhe é assegurado com prioridade.

Sala das Sessões, em 07/06/84.

(aa) ACIR MEZZADRI

IRONDI PUGLIESI

ADHAIL SPRENGER PASSOS

ANTÔNIO ANNIBELLI

DIRCEU MANFRINATO

MÁRCIO ALMEIDA

PAULO FURIATTI

GERNOTE KIRINUS

EDMAR LUIZ COSTA

CAÍTO QUINTANA

RUBENS BUENO

ORLANDO PESSUTTI

TADEU FRANÇA

AMÉLIA HRUSCHKA

HERMAS BRANDÃO

HOMERO OGUIDO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

NESTOR BAPTISTA

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

SÉRGIO SPADA

MÁRIO PEREIRA

Em votação o Projeto de Lei n.º 87/84, ressalvadas as emendas. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda da CCJ. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 01, de autoria de diversos Srs. Deputados. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 02, de autoria Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 03, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 04, de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 05, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 06, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 07, de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 08, de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 09, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 10, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Nestor Baptista, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 11, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 12, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 13, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 14, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiada. - **Aprovada.**

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Sr. Presidente, em nome da Liderança PMDB, eu quero deixar registrado que nós estamos aprovando todas as emendas de Plenário apresentadas a esta Mensagem do Executivo Estadual, mas queremos nos reservar o direito de analisá-las em reunião da Bancada, para verificar aquelas que, por uma eventualidade, estejam trazendo alguma descaracterização à intenção e ao próprio projeto originário do Executivo.

Então, fica registrada esta posição da Bancada do PMDB, através desta Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa registra o posicionamento de Vossa Excelência.

Está em votação a Emenda n.º 14. - **Aprovada.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar "UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR" no Município de União da Vitória. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para prosseguimento e deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação) Dezesesseis Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental,

com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO - 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 175/83.

2.ª DISCUSSÃO - da Proposição n.º 137/83 (Proposta de Emenda Constitucional).

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84 e 87/84.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 02/84, 24/84, 25/84, 29/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84 e 45/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84, 58/84 e 96/84 e do Projeto de Lei Complementar n.º 259/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 66/83 e 74/84.

Levanta-se a Sessão.

22.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1984

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Amélia Hruschka.

Às dezessete horas e dois minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Me-

sa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Quinze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra extraordinária, para quinta-feira, dia 14 de junho.

Levanta-se a sessão.